

14/03/2017

SEGUNDA TURMA

INQUÉRITO 3.990 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: VANDER LUIS DOS SANTOS LOUBET
ADV.(A/S)	: PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: ADEMAR CHAGAS DA CRUZ
ADV.(A/S)	: JAIL BENITES DE AZAMBUJA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: FABIANE KARINA MIRANDA AVANCI
ADV.(A/S)	: DANIELA RODRIGUES AZAMBUJA MIOTTO
ADV.(A/S)	: RICARDO SOUZA PEREIRA
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS
ADV.(A/S)	: ARNALDO MALHEIROS FILHO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: ROSELI DA CRUZ LOUBET
ADV.(A/S)	: JAIL BENITES DE AZAMBUJA E OUTRO(A/S)

EMENTA: INQUÉRITO. CORRUPÇÃO PASSIVA, LAVAGEM DE DINHEIRO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 317, § 1º, DO CÓDIGO PENAL, ART. 1º, § 4º, DA LEI 9.613/1998 E ART. 2º, §§ 3º E 4º, II, DA LEI 12.850/2013). RÉPLICA ÀS RESPOSTAS DOS DENUNCIADOS. POSSIBILIDADE. APRESENTAÇÃO. PRAZO IMPRÓPRIO. INVIABILIDADE DA ANÁLISE DE NULIDADES OCORRIDAS EM PROCESSOS QUE TRAMITARAM PERANTE A PRIMEIRA INSTÂNCIA. INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA DE MENSAGENS ARMAZENADAS POR EMPRESA ESTRANGEIRA. LICITUDE DA PROVA. AFASTAMENTO DOS SIGILOS FISCAL E BANCÁRIO E DEFERIMENTO DE BUSCA E APREENSÃO. LEGITIMIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. DESMEMBRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO QUANTO A ACUSADOS SEM PRERROGATIVA DE FORO. POSSIBILIDADE. PRELIMINARES REJEITADAS. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADOS QUANTO À PARTE DA DENÚNCIA. IMPUTAÇÃO, EM MAIS DE UMA PEÇA ACUSATÓRIA, DO CRIME DE INTEGRAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO

INQ 3990 / DF

CRIMINOSA EM RAZÃO DE CONDUTA ÚNICA. OFENSA AO PRINCÍPIO DO *NE BIS IN IDEM*. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA COM RELAÇÃO ÀS ACUSADAS ROSELI DA CRUZ LOUBET E FABIANE KARINA MIRANDA AVANCI. DENÚNCIA RECEBIDA EM PARTE.

1. É possível assegurar, também no âmbito da Lei 8.038/1990, o direito ao órgão acusador de réplica às respostas dos denunciados, especialmente quando suscitadas questões que, se acolhidas, poderão impedir a deflagração da ação penal. Só assim se estará prestigiando o princípio constitucional do contraditório (art. 5º, LV, CF), que garante aos litigantes, e não apenas à defesa, a efetiva participação na decisão judicial. De outro lado, configura mera irregularidade a apresentação dessa peça pelo Ministério Público após o transcurso dos 5 (cinco) dias prescritos no art. 5º da Lei 8.038/1990, uma vez que tal prazo é impróprio, de modo que sua inobservância não gera vício processual.

2. Não há nos autos documentação que leve à conclusão da procedência das alegações de nulidades nos processos 2004.70.00.002414-0 e 2006.70.00.018662-8, que tramitaram perante a primeira instância, e dos quais seria oriundo o presente procedimento investigatório. Ademais, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das questões de ordem nas Aps 871-878 (Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe de 30.10.2014), assentou que não existia, no inquérito 2006.70.00.018662-8, notícia de participação de autoridades com foro por prerrogativa de função, razão pela qual se remeteu ao juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, para regular processamento da demanda.

3. Não se vê, no caso em tela, ofensa às disposições do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá - internalizado pelo Decreto 6.747/2009 -, porquanto as mensagens interceptadas foram trocadas em território brasileiro e por pessoas com residência no Brasil, sendo a interceptação, inclusive, deferida por autoridade judicial brasileira. Ressalte-se que uma das finalidades fundamentais dos tratados

INQ 3990 / DF

de cooperação jurídica em matéria penal é justamente “a desburocratização da colheita da prova” (MS 33.751, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe de 31.3.2016), de modo que, cumpridas as exigências legais do direito interno brasileiro, eventual inobservância a formalidades previstas no acordo internacional não acarretaria a ilicitude da prova.

4. O afastamento dos sigilos bancário e fiscal dos acusados, bem como as buscas em endereços a eles vinculados, foi deferido mediante análise pormenorizada de indícios colhidos pelo Ministério Público em diligências prévias. Plenamente hígidos, portanto, os elementos oriundos dessas medidas cautelares.

5. A denúncia atende os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, descrevendo de forma pormenorizada os fatos supostamente delituosos e suas circunstâncias, e explanando de forma compreensível e individualizada a conduta criminosa em tese adotada por cada um dos denunciados. Não há que se falar, desse modo, em inépcia da exordial acusatória. O fato de o Procurador-Geral da República não ter denunciado nestes autos crimes de corrupção ativa não acarreta mácula à acusação, em especial na parte em que imputa aos acusados delitos de corrupção passiva, pois, embora esse delito, na modalidade receber, seja bilateral, nada impede que se ofereça denúncia apenas contra aqueles que praticaram, em tese, o crime na forma passiva quando apenas contra eles há indícios de autoria suficientes.

6. A cisão da investigação não acarreta prejuízo ao esclarecimento dos fatos, uma vez que foi possível individualizar a conduta dos denunciados das ações daqueles com relação aos quais foi desmembrado o processo. E mesmo que venham alguns desses a serem denunciados por corrupção ativa, não há óbice à separação da causa, já que é plenamente viável o desmembramento do processo quanto aos crimes de corrupção passiva e ativa, mantendo sob a jurisdição desta Corte apenas a investigação relativa ao recebimento de vantagem indevida por detentor de foro por prerrogativa de função, de modo a preservar, “*presente a excepcionalidade da extensão da prerrogativa de foro, a independência entre os delitos de corrupção passiva e ativa (...)*” (Inq 2.560, Relator(a): Min. ROSA

INQ 3990 / DF

WEBER, Primeira Turma, DJe de 23.05.2016).

7. Os elementos que acompanham a denúncia demonstram possível envolvimento de parlamentar federal e outros codenunciados na prática de crimes de corrupção passiva no âmbito da BR Distribuidora, com subsequente prática, em tese, de atos de lavagem de dinheiro. Também se logrou êxito em apresentar, quanto aos mesmos, indícios de autoria do crime de integração de organização criminosa majorada, porque teriam se associado à organização criminosa que atuava no âmbito da BR Distribuidora para a prática permanente e reiterada de crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Nada obstante essa conclusão, o delito de integrar organização criminosa não pode ser imputado a acusado que já foi denunciado por esse crime, com relação aos mesmos fatos, no âmbito do Inquérito 4.112, o que configura evidente ofensa ao princípio do *ne bis in idem*.

8. O Ministério Público não traz aos autos indícios suficientes da prática, por duas acusadas, dos crimes de corrupção passiva majorada, lavagem de dinheiro majorada e integração de organização criminosa majorada, devendo a denúncia ser rejeitada em relação a elas.

9. Denúncia recebida em parte. Agravos regimentais desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos em; a) negar provimento aos agravos regimentais interpostos por Vander Luiz dos Santos Loubet e Ademar Chagas da Cruz; b) por preenchidos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, receber a denúncia, em relação aos acusados Vander Luiz dos Santos Loubet, Ademar Chagas da Cruz e Pedro Paulo Bergamaschi Leoni Ramos, para este excluída a acusação quanto ao delito de integrar organização criminosa; c) rejeitar a

INQ 3990 / DF

peça acusatória no que diz respeito às imputações feitas às acusadas Fabiane Karina Miranda Avanci e Roseli da Cruz Loubet, nos termos do art. 6º da Lei 8.038/1990 e com fundamento no artigo 395, III, do Código de Processo Penal, tudo nos termos do voto do Relator.

Brasília, 14 de março de 2017.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

14/03/2017

SEGUNDA TURMA

INQUÉRITO 3.990 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: VANDER LUIS DOS SANTOS LOUBET
ADV.(A/S)	: PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: ADEMAR CHAGAS DA CRUZ
ADV.(A/S)	: JAIL BENITES DE AZAMBUJA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: FABIANE KARINA MIRANDA AVANCI
ADV.(A/S)	: DANIELA RODRIGUES AZAMBUJA MIOTTO
ADV.(A/S)	: RICARDO SOUZA PEREIRA
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS
ADV.(A/S)	: ARNALDO MALHEIROS FILHO E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: ROSELI DA CRUZ LOUBET
ADV.(A/S)	: JAIL BENITES DE AZAMBUJA E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): 1. Trata-se de denúncia ofertada na data de 18.12.2015 pelo Procurador-Geral da República (fls. 847-1.030) contra o Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet, Ademar Chagas da Cruz, Fabiane Karina Miranda Avanci, Roseli da Cruz Loubet e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, imputando-lhes os delitos de corrupção passiva majorada (art. 317, § 1º, do Código Penal) e de lavagem de dinheiro (art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998), ambos na forma do art. 29 e art. 69 da Lei Penal, assim como o crime de organização criminosa (art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013).

Alega o Ministério Público, em síntese, que o denunciado Vander Luiz dos Santos Loubet, entre os anos de 2012 e 2014, na condição de deputado federal e em unidade de desígnios com os demais acusados, *“solicitou, aceitou promessa nesse sentido e recebeu, para si e por intermédio*

INQ 3990 / DF

desses últimos, vantagem pecuniária indevida, no valor total de pelo menos R\$ 1.028.866,00 (...), para se omitir quanto ao cumprimento do seu dever parlamentar de fiscalização da administração pública federal, viabilizando assim, (...) o funcionamento de organização criminosa voltada para a prática de crimes de peculato, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da Petrobras Distribuidora S/A BR DISTRIBUIDORA” (fl. 849). O recebimento desse montante teria ocorrido por intermédio de, pelo menos, 11 (onze) pagamentos, “envolvendo repasses de dinheiro em espécie, transferências bancárias para interpostas pessoas e para o próprio beneficiário final, realizados por Alberto Youssef, em diferentes circunstâncias” (fls. 849-850), os quais consistiram em estratégias de ocultação e dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes dos crimes de corrupção passiva e peculato ocorridos em detrimento da BR Distribuidora.

Descreve a acusação, na sequência, como teria ocorrido cada pagamento destinado ao Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet, com a intermediação do codenunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e a participação dos demais acusados. O primeiro repasse efetivou-se entre 2012 e 2014, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), em espécie, “mediante duas entregas de dinheiro feitas por um dos transportadores de dinheiro de Alberto Youssef, de nome Rafael Ângulo Lopez, o qual deu as quantias a Fabiane Karina Miranda Avanci, que as recebeu em nome de Ademar Chagas da Cruz, advogado e caixa de campanha” (fl. 850) do parlamentar denunciado. Também ocorreram diversas outras transferências bancárias ordenadas pelo denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e realizadas por meio da empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., controlada por Alberto Youssef, com objetivo de pagar despesas relacionadas à campanha eleitoral de Vander Luiz dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS em 2012: (a) R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), em 6.11.2013, “para empresa (Pereira e Moura Ltda.) que emprestara dinheiro destinado a campanha (...), tendo sido esse empréstimo feito por Ademar Chagas da Cruz” (fl. 852); (b) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 6.11.2013,

INQ 3990 / DF

“para empresa (Accorde Produção de Audiovisuais Ltda.) que prestara serviços à campanha (...) tendo essa contratação sido feita por Ademar Chagas da Cruz, advogado e caixa de campanha do Deputado Federal” (fl. 853); (c) R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), também em 6.11.2013, “para pessoa física (Julio Hermes Nunes) que emprestara dinheiro destinado à campanha (...), tendo esse empréstimo sido feito por Roseli da Cruz Loubet, esposa do Deputado Federal, e pago dessa forma por Ademar Chagas da Cruz” (fls. 854-855); (d) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mais uma vez em 6.11.2013, “para pessoa física (Joel Lino Pereira) cuja esposa, Rosângela Mascoli Pereira, emprestara dinheiro destinado à campanha (...) em 2012, tendo esse empréstimo sido feito por Roseli da Cruz Loubet, esposa do Deputado Federal, e pago dessa forma por Ademar Chagas da Cruz” (fl. 856); (e) R\$ 342.366,00 (trezentos e quarenta e dois mil e trezentos e sessenta e seis reais), por volta de 23.11.2013, “por meio de três transferências bancárias, nos valores individuais de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) e R\$ 122.366,00 (cento e vinte e dois mil e trezentos e sessenta e seis reais), (...) para pessoa física (Alexandre Frozino Ribeiro) que emprestara dinheiro destinado à campanha (...) em 2012, tendo esse empréstimo sido feito por Ademar Chagas da Cruz, advogado e caixa de campanha do Deputado Federal e tendo havido participação de Fabiane Karina Miranda Avanci no respectivo pagamento” (fls. 857-858); e (f) R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), entre 2012 e 2014, “por meio de quatro depósitos em dinheiro, nos valores individuais de R\$ 1.000,00 (mil reais), R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) (...) para conta do próprio Deputado Federal, na qual figura como procuradora a esposa do parlamentar, Roseli da Cruz Loubet” (fl. 859).

Relata-se, em acréscimo, que, entre 2012 e 2014, Vander Luiz dos Santos Loubet, *“na condição de Deputado Federal, (...), depositou em dinheiro ou recebeu depósitos em dinheiro de R\$ 367.036,13 (...) em suas contas bancárias pessoais, valor este consistente em parcela da propina paga (...) no âmbito da Petrobras Distribuidora S/A - BR DISTRIBUIDORA, tendo havido o fracionamento de operações, (...) além da mistura de dinheiro ilícito com recursos lícitos, oriundos de subsídios da Câmara dos Deputados, do parlamentar. (...) Os*

INQ 3990 / DF

depósitos foram feitos ou recebidos em 86 (oitenta e seis) operações distintas, em diferentes circunstâncias de tempo, lugar e maneira de execução, tendo sido realizados de forma reiterada e no âmbito de organização criminosa” (fls. 860-861).

Aduz a peça acusatória, ademais, que os denunciados, em unidade de desígnios e dolosamente, constituíram e integraram organização criminosa *“formada por mais de quatro pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, formada por um núcleo político, um núcleo financeiro, um núcleo econômico e um núcleo administrativo, preordenada a obter vantagens indevidas no âmbito da BR DISTRIBUIDORA, por meio da prática de crimes de peculato, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro”* (fl. 862).

Prosseguindo, assinala-se que, entre 2012 e 2014, foi verificada a existência de uma complexa organização criminosa atuando na BR Distribuidora, em especial no âmbito de suas diretorias, com pagamentos de vantagens indevidas aos seus diretores e agentes políticos responsáveis pela indicação e manutenção dos cargos estratégicos. Segundo se afirma, *“as forças políticas que dominavam a Petrobras Distribuidora S/A eram o Senador Fernando Affonso Collor de Mello, do Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores. (...) O principal nome do PT em atuação na BR DISTRIBUIDORA era o Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet”* (fls. 913-914). Menciona-se, também, que, *“para que o grupo criminoso em questão atuasse, era necessário o repasse de valores ilícitos para o Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet, em função da ascendência que o Partido dos Trabalhadores exercia sobre parte da Petrobras Distribuidora S/A. O parlamentar, em conjunto com seus auxiliares, acabou aderindo à organização criminosa, (...) mas os dois grupos agiam de modo conexo, principalmente por meio de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Alberto Youssef”* (fl. 910).

Ainda nos termos da denúncia, o acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos *“realizou os principais contatos na sociedade de economia mista, operacionalizou negócios em favor de empresas privadas, cobrou vantagens indevidas e adotou estratégias de intermediação e ocultação da origem e do destino da propina”* (fl. 915)

INQ 3990 / DF

Ao final, requer o Procurador-Geral da República a condenação de:

(a) Vander Luiz dos Santos Loubet às penas previstas no art. 317, § 1º, c/c o art. 29 e art. 69 do Código Penal, por 11 (onze) vezes, no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998, também combinado com o art. 29 e art. 69 da Lei Penal, por 96 (noventa e seis) vezes e no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013; (b) Ademar Chagas da Cruz às penas previstas no art. 317, § 1º, c/c o art. 29 e art. 69 do Código Penal, por 11 (onze) vezes, no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998, também combinado com o art. 29 e art. 69 da Lei Penal, por 9 (nove) vezes, e no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013; (c) Fabiane Karina Miranda Avanci às penas previstas no art. 317, § 1º, c/c o art. 29 e art. 69 do Código Penal, por 11 (onze) vezes, no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998, também combinado com o art. 29 e art. 69 da Lei Penal, por 5 (cinco) vezes e no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013; (d) Roseli da Cruz Loubet às penas previstas no art. 317, § 1º, c/c o art. 29 e art. 69 do Código Penal, por 11 (onze) vezes, no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998, também combinado com o art. 29 e art. 69 da Lei Penal, por 6 (seis) vezes, e no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013; e (e) Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos às penas previstas no art. 317, § 1º, c/c o art. 29 e art. 69 do Código Penal, por 11 (onze) vezes, no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998, também combinado com o art. 29 e art. 69 da Lei Penal, por 13 (treze) vezes, e no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013.

Pleiteia, por fim, a perda em favor da União de bens judicialmente apreendidos ou sequestrados, no valor de R\$ 1.028.866,00 (um milhão, vinte e oito mil e oitocentos e sessenta e seis reais), a ser acrescido de juros e correção monetária, como a *“reparação dos danos materiais e morais causados por suas condutas, nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal”* (fl. 1.026), e a decretação da perda da função pública, nos termos do art. 92 do Código Penal.

2. Notificado em data de 17.02.2016 (art. 4º da Lei 8.038/1990), o acusado Vander Luiz dos Santos Loubet, na resposta à acusação de fls. 1.064-1.180 protocolada em 17.03.2016, argui, preliminarmente: (a) a nulidade deste inquérito e dos procedimentos a ele vinculados, pois as colaborações premiadas e os elementos utilizados na denúncia decorrem

INQ 3990 / DF

de atos que teriam usurpado a competência desta Corte pelo juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, que autorizou investigações em face de parlamentar; (b) a ilegalidade da interceptação de mensagens do aplicativo BlackBerry Messenger (BBM), uma vez que as informações *“foram obtidas pela autoridade policial diretamente à empresa canadense RIM (Research in Motion) (...) sem a devida observância das normas definidas no Decreto nº 6.747/2009”* (fls. 1.084-1.085), que dispõe sobre o Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal celebrado entre o Brasil e o Canadá; (c) a inépcia da peça acusatória, porque não há *“mínima descrição na denúncia acerca de quem seriam os alegados corruptores ativos”* (fl. 1.093), sendo que, na modalidade de receber, a corrupção passiva exige a elucidação do crime anterior (corrupção ativa), com a identificação dos autores (corruptores)” (fl. 1.094); (d) violação à ampla defesa e ao contraditório, ao fundamento de que *“a má estruturação da inicial dificulta a defesa do acusado”* (fl. 1.096); (e) ofensa aos princípios da obrigatoriedade, da indivisibilidade e da indisponibilidade da ação penal, porquanto apenas parte das pessoas citadas nos fatos investigados teriam sido denunciadas; (f) o desmembramento das investigações *“poderá causar manifesto prejuízo não só para a defesa do promovido, mas para o devido esclarecimento dos fatos”* (fl. 1.111); e (g) a necessidade de *“reabertura de prazo para aditamento da presente defesa uma vez que a cópia em mídia fornecida por esta Corte acerca do Doc. 01 (mídia com cópia digital do inquérito n. 3883 no estado em que atualmente se encontra), na verdade, contemplou apenas o referido inquérito policial em data bem anterior”* (fl. 1.180).

No mérito, sustenta, em síntese, que: (a) a denúncia está baseada apenas em ilações e suposições, sem apontar concretamente indícios mínimos de autoria, faltando justa causa à ação penal; (b) os depoimentos prestados em colaboração premiada, *“por si só, não constituem meio de prova aptos a ensejar a abertura de ação penal contra qualquer pessoa”* (fl. 1.120); (c) ao lado disso, tanto Ademar Chagas da Cruz quanto Pedro Paulo Bergamaschi esclarecem, na fase policial, que a movimentação financeira entre eles ocorrida se deu em virtude de empréstimo concedido por este àquele, sem envolvimento ou anuência do acusado, o

INQ 3990 / DF

qual não tinha ciência de que parte desses valores foi utilizada para a quitação de dívida de sua campanha eleitoral; (d) ao ser indagado, em Comissão Parlamentar de Inquérito, se sabia de alguma situação irregular envolvendo o parlamentar aqui acusado, Paulo Roberto Costa afirmou que não; (e) inexistem elementos suficientes que apontem a participação do denunciado no recebimento de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), supostamente entregues por Rafael Ângulo Lopes a Fabiane Karina Avanci; (f) o Ministério Público não apresentou indícios de envolvimento do denunciado na transferência bancária de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) da Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. para a empresa Pereira e Moura Ltda., a qual, ademais, segundo afirmado por Flávio Pereira Moura, dizia respeito a um empréstimo que tinha realizado para o Sr. Luis Félix, já falecido; (g) também não houve envolvimento do defendente no recebimento das quantias de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R\$ 342.366,00 (trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais), transferidas pela Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. a terceiros, porquanto tais valores referiam-se ao pagamento de empréstimos contraídos por Ademar Chagas da Cruz; (h) em relação ao recebimento de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) em sua conta-corrente, o *“documento em anexo, advindo do Banco Bradesco, prova, sem deixar margem para qualquer dúvida, que estes valores jamais foram depositados pela empresa Arbor, mas sim constituem tão somente depósitos em dinheiro efetuados na conta-corrente do defendente, sem identificação do depositante”* (fl. 1.135); (i) o Ministério Público *“sem qualquer outro dado, aduz (...) que o requerido teria recebido em suas contas pessoais valores em dinheiro no total de R\$ 367.036,13 (trezentos e sessenta e sete mil, trinta e seis reais e treze centavos) e que tais valores, por serem fracionados e de pequeno valor, constituiriam prova prática de crime de lavagem de dinheiro, por no mínimo 86 (oitenta e seis) vezes”* (fl. 1.138), concluindo assim, mesmo sem qualquer indício, *“que cada crédito existente na conta corrente do defendente seja advindo de vantagem indevida proveniente da BR Distribuidora ou de terceiros”* (fl. 1.140); (j) *“acerca da DVBR – Derivados o MPF não atentou que a própria BR Distribuidora, no âmbito de*

INQ 3990 / DF

uma profunda auditoria interna, atestou a completa ausência de qualquer irregularidade nos fatos pertinentes ao alegado embandeiramento dos postos de combustíveis (...)" (fls. 1.160-1.161); (k) quanto ao suposto crime de organização criminosa, "não há qualquer dado mínimo que autorize dizer que o promovido é partícipe de uma estável e permanente organização criminosa, e não há sequer prova de estabilidade ou de organização de pessoas, notadamente quando o promovido sequer conhece a maior parte das pessoas mencionadas" (fls. 1.162-1.163); (l) em relação aos crimes de corrupção passiva, "não há que se aplicar ao caso a regra do concurso material, devendo ser o fato enquadrado em crime único, pois os pagamentos devem ser considerados apenas como mero exaurimento e modo de recebimento (em parcelas) do valor total aduzido pelo MPF, qual seja, o de R\$ 1.028.866,00 (um milhão, vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais)" (fl. 1.178); e (m) "não há na denúncia menção alguma a participação do requerido em atos ou etapas de delitos de lavagem de dinheiro ou no modo de como estes tenham ocorrido, o que também afasta a imputação, por ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade" (fl. 1.179).

Ao final, pede a rejeição da denúncia e, subsidiariamente, seja reconhecida a inexistência de concurso material dos crimes de corrupção passiva, assim como seja declarada indevida a acusação pelos delitos de lavagem de capitais, uma vez que se trata dos *"mesmos fatos qualificados como corrupção passiva, incorrendo assim em manifesto bis in idem"* (fl. 1.179).

O codenunciado Ademar Chagas da Cruz, notificado em 26.02.2016, apresenta sua resposta em 28.03.2016 (fls.1.349-1.382) e, igualmente, aventa, como matéria preliminar: (a) a falta de indicação de quem seriam os agentes públicos responsáveis pelos supostos repasses de valores aos denunciados, ao fundamento de que, *"como a acusação da denúncia é na modalidade receber, é certo que o elemento bilateralidade é inafastável"* (fl. 1.351); (b) a impossibilidade de desmembramento das investigações, requerendo a suspensão do inquérito até que a questão seja submetida ao colegiado; e (c) a nulidade da investigação quanto ao conteúdo das mensagens do BlackBerry Messenger, assim como de *"todos os atos subsequentes dela decorrentes, na forma do art. 157 do CPP, aplicando a teoria dos frutos da árvore venenosa"* (fl. 1.365).

INQ 3990 / DF

No mérito, argumenta, em resumo, que: (a) *“não há (...) qualquer elemento indicativo de que o peticionante tenha recebido qualquer valor oriundo da BR DISTRIBUIDORA ou dos proprietários das empresas mencionadas* (fl. 1.365); (b) embora a acusação sustente que Rafael Ângulo Lopes esteve em Campo Grande/MS, entre 23 e 24.1.2014, para entregar dinheiro ao denunciado, também alega que esse teria estado, nessa mesma data, no escritório de Alberto Youssef; (c) a denúncia apresenta contradições acerca dos fatos, *“sem qualquer sustentação fática”* (fl. 1.369); (d) em relação aos imputados crimes de lavagem de dinheiro, os valores descritos decorrem de empréstimo solicitado, em razão do *“vínculo pessoal com Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos (...) para quitar vários compromissos, inclusive oriundos ainda da campanha eleitoral de 2012”* (fl. 1.370); (e) da conversa via *BlackBerry Messenger* interceptada, extrai-se que a Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. não fez o depósito recebido por Alexandre Frozino Barbosa, *“pois ‘primo’ textualmente assegura que fora ele que realizou o depósito”* (fl. 1.374); (f) jamais teve contato com a pessoa de Meire Pozza, da empresa Arbor, partindo de Alberto Youssef a decisão de utilizar essa pessoa jurídica para os depósitos referidos na denúncia; (g) *“em momento algum houve dissimulação ou ocultação de valores pagos a essas pessoas e para a empresa Accorde, tendo as transações sido efetuadas mediante depósitos em contas indicadas pelo peticionante ao senhor Alberto Youssef”* (fl. 1.375); (h) o Supremo Tribunal Federal entende que não há lavagem de capitais relativos a valores oriundos de corrupção passiva; (i) *“não se pode imputar ao peticionante, como o fez a denúncia, condutas de lavagem de dinheiro por atos praticados por terceiros”* (fl. 1.376); (j) no tocante ao crime de organização criminosa, não foi descrito o elemento subjetivo (finalidade de prática de crimes), *“limitando-se o MPF a enxertar pessoas de outra investigação (inquérito 3.883) sem qualquer conexão ou ligação com o peticionante”* (fl. 1.377); (k) são atípicas as condutas do peticionante, *“já que tudo foi feito às claras, não tendo qualquer dos valores passado em espécie pelas suas mãos”* (fl. 1.379); e (l) incogitável se falar em concurso material de delitos de corrupção, devendo-se, ao menos, ser reconhecida a continuidade delitiva.

INQ 3990 / DF

Postula, por isso, a rejeição da denúncia e, caso recebida, *“seja reconhecida a inexistência de concurso material na conduta prevista no artigo 317 do Código Penal e ainda a inocorrência de crimes de branqueamento de capital, por manifesto bis in idem, conforme entendimento já firmado por esta Corte, além do afastamento de acusação por integrar associação criminosa, de vez que ausentes os elementos integrativos do tipo”* (fl. 1.382).

A acusada Roseli da Cruz Loubet, notificada em 09.03.2016, por intermédio do mesmo defensor do codenunciado Ademar Chagas da Cruz, respondeu à denúncia em 11.04.2016 (fls. 1.534-1.576), aventando preliminares idênticas suscitadas por aquele denunciado, a saber: (a) ausência de descrição na denúncia de quem seriam os agentes públicos responsáveis pelos supostos repasses de valores aos denunciados; e (b) a impossibilidade de desmembramento das investigações.

Com relação ao mérito, requer a rejeição da denúncia ao fundamento de que: (a) não há qualquer elemento que tenha recebido algum valor da BR Distribuidora ou demais empresas referidas; (b) as transações bancárias descritas nos valores de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para Júlio Hermes Nunes e de R\$ 20.000,00 (vinte e mil) reais para Joel Lino Pereira *“nunca foram destinadas a peticionante, (...) decorreram de relações negociais de seu irmão, Ademar Chagas da Cruz, o qual apenas solicitou a peticionante a indicação de pessoas que pudessem emprestar dinheiro a juros (agiotas) na cidade de Campo Grande (MS)”* (fl. 1.549); (c) a acusação tenta imputar sua participação *“em fatos que (...) não tem qualquer ligação ou conhecimento, simplesmente por causa de sua relação conjugal com o deputado e por ser irmã de Ademar Chagas da Cruz”* (fl. 1.553); (d) no que se refere ao recebimento de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) na conta-corrente de Vander Luiz dos Santos Loubet, há documento do Banco Bradesco demonstrando não se tratar de transferência pela Arbor Consultoria e Assessoria Ltda., mas *“depósitos bancários efetuados na conta pelo próprio requerente ou outra pessoa”* (fl. 1.554); (e) a movimentação de recursos entre sua conta bancária e a de seu cônjuge trata de quitações de dívidas familiares, não podendo caracterizar o crime de lavagem de dinheiro; (f) *“houve equívoco (...) na análise realizada pelo Departamento de*

INQ 3990 / DF

Polícia Federal, pois a peticionante não possui movimentação financeira a descoberto e tampouco patrimônio líquido a descoberto, estando plenamente justificada toda sua evolução patrimonial e também sua movimentação bancária" (fl. 1.573); e (g) quanto ao crime de organização criminosa, a denúncia *"não traz qualquer elemento probatório"* (fl. 1.573), assim como não descreve elementos especiais do tipo (prática de delito e estabilidade).

A codenunciada Fabiane Karina Miranda Avanci, notificada na mesma data do corréu Ademar Chagas da Cruz, por sua vez, apresentou resposta à acusação (fls. 1.404-1.486) em 28.03.2016, suscitando as seguintes preliminares: (a) inépcia da denúncia, por inexistir descrição *"de forma clara e detalhada"* (fl. 1.410) dos supostos atos por ela praticados; e (b) falta de justa causa, em razão da ausência de *"lastro probatório que fosse considerado mínimo para sustentar a denúncia ofertada"* (fls. 1.421-1.422).

Clama ainda pela rejeição da denúncia, ao fundamento de que: (a) o Ministério Público, *"além de não ter demonstrado qual seria o corruptor, não foi demonstrado qual seria a origem ilícita do dinheiro"* (sic) (fl. 1.433); (b) a acusação *"não é crível quanto à possibilidade de a acusada ter praticado 11 delitos de corrupção"* (fl. 1.435), porque não há a indicação de como teria ocorrido sua participação em cada delito, assim como *"não há envolvimento algum dela com depósitos, transações, telefonemas, interceptações telefônicas ou telemáticas, que pudesse ser atribuído à requerida"* (fl. 1.434); (c) a acusação só logrou êxito em comprovar que Rafael Ângulo Lopez esteve em Campo Grande/MS uma única vez; (d) no tocante à sua participação acerca do recebimento do valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para o Deputado Federal Vander Loubet, *"a acusação formulada em desfavor de Fabiane Karina Miranda Avanci não se sustenta, em decorrência das inúmeras contradições postas, ora pelo suposto delator, que aduziu que poderia ser ela - mas não afirmou"* (fl. 1.442); (e) ademais, *"as próprias mensagens trocadas entre Ademar e Youssef não deixam dúvidas de que, se, de fato, houve referida tratativa - sem conhecimento da denunciada - esta restou frustrada"* (fl. 1.443); (f) o suposto repasse de valores a Alexandre Frozino Barbosa se deu por meio de um único depósito bancário, de modo *"que a acusação contida de 3 lavagens de dinheiro no tópico 1.3.3 da Denúncia não deve*

INQ 3990 / DF

prosperar” (fl. 1.449); (g) a acusação sobre sua participação no repasse de R\$ 342.366,00 (trezentos e quarenta e dois mil e trezentos e sessenta e seis reais) da empresa Arbor Consultoria para a pessoa de Alexandre Frozino Barbosa deve ser afastada, uma vez que *“o depósito fora solicitado pela pessoa de Ademar e realizado por Youssef na cidade de São Paulo sem qualquer intermediação de Fabiane”* (fl. 1.450-1.451); (h) não é cabível a acusação pela prática do crime de organização criminosa, *“posto que não houve assiduidade na suposta conduta, sendo a mesma episódica, eventual, sem animus de integrar suposto esquema de desvio de dinheiro público”* (fl. 1.456); (i) *“receber quantia em dinheiro não é crime, quando não se sabe da origem ilícita desse, posto que não houve nos autos informação alguma que a denunciada soubesse de um empréstimo do seu sócio para com terceira pessoa”* (fls. 1.456-1.457); (j) deve ser rejeitada a incidência das causas de aumento de pena previstas no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013, pois *“a conduta descrita na denúncia em momento algum atribui a ora denunciada a (...) figura de comando da suposta organização”* (fl. 1.458), assim como *“no caso do parágrafo 4º, não há condição de caráter pessoal como elementar do tipo, não podendo incidir para terceira pessoa”* (fl. 1.458); e (k) em casos análogos, esta Corte concluiu que *“a mera menção de entrega de supostos valores desprovida de argumentos fáticos capazes de embasar a colaboração premial, não justifica o recebimento da denúncia”* (fl. 1.485), determinando o arquivamento dos inquéritos correspondentes.

O denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, notificado em 1º de abril de 2016, apresentou resposta à denúncia (fls. 1.627-1.686) em 03.05.2016, em que argui preliminares muito semelhantes às suscitadas pelos demais investigados, tais como: (a) a nulidade da presente denúncia e de todos os procedimentos originados do inquérito policial 2006.70.00.018662-8, que tramitou na 13ª Vara Federal de Curitiba, diante de usurpação de competência desta Corte, assim como seria indevida a prevenção daquele juízo; (b) a ilegalidade das interceptações telefônicas realizadas em procedimentos que tramitaram perante a primeira instância, que tiveram por objeto conversas envolvendo pessoa com prerrogativa de foro perante o STF e diálogos entre advogados e

INQ 3990 / DF

clientes, além de terem ocorrido em lapsos temporais nos quais inexistia decisão judicial autorizativa fundamentada; (c) ilegalidade na obtenção de dados telemáticos *“de mensagens trocadas por meio de aplicativo BlackBerry Messenger (BBM)”* (fl. 1.647), porquanto teriam sido captados sem a observância das normas pertinentes; (d) falta de fundamentação das decisões de busca e apreensão e de afastamento dos sigilos bancário e fiscal em face do acusado; e (e) ilegalidade no desmembramento das investigações.

Quanto ao mérito, destaca-se, em suma, que: (a) em relação ao crime de organização criminosa, a acusação deixou de *“individualizar a participação de cada agente na conduta ilícita”* (fl. 1.660), assim como haveria contradição na denúncia, pois, apesar de descrever o denunciado como operador do suposto esquema ao longo da peça acusatória, imputa-lhe a agravante referente à posição de comando no aludido crime (art. 2º, § 3º, da Lei 12.850/2013); (b) há manifesto *bis in idem* em relação à imputação pelo cometimento do crime de organização criminosa, uma vez que também foi denunciado pela prática do mesmo delito e em razão dos mesmos fatos no INQ 4.112, que tramita nesta Corte; (c) a denúncia não preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, pois atribui a prática de crimes de corrupção passiva *“sem descrever sequer minimamente como se deram suas condutas, inviabilizando por completo o exercício da ampla defesa”* (fl. 1.664); (d) há falta de justa causa para ação penal, tendo em vista que a acusatória *“não conseguiu demonstrar qual foi a conduta do peticionário no cenário descrito, muito menos qual o ato de ofício relacionado com o recebimento dos valores ilícitos”* (fl. 1.671); (e) quanto ao crime previsto no art. 1º da Lei 9.613/1998, *“não há como prosperar a acusação movida contra ele pelo crime em questão, seja pela atipicidade do conjunto fático que o Parquet chamou equivocadamente de lavagem de dinheiro, seja pela absoluta e cristalina inépcia da narrativa dos fatos”* (fl. 1.673); (f) *“tanto na denúncia (doc. nº 22), quanto no aditamento (doc. nº 23) oferecidos no Inq. 4.112/DF, o órgão ministerial afirmou categoricamente que os valores referentes aos negócios indicados nos itens “a”, “b” e “d” teriam sido integralmente entregues ao Senador Fernando Affonso Collor de Mello”* (fl.

INQ 3990 / DF

1.674); (g) a denúncia incorreu, mais uma vez, em *bis in idem*, porquanto “os mesmos fatos qualificados como corrupção passiva são também objeto da acusação de lavagem de capitais” (fl. 1.677); e (h) a inicial acusatória está baseada “exclusivamente em depoimentos prestados em delações premiadas ou em meras presunções sem respaldo probatório” (fl. 1.681), o que enseja a sua rejeição.

3. Instado (art. 5º, *caput*, da Lei 8.038/1990), o Procurador-Geral da República manifestou-se em 20.06.2016 sobre as respostas apresentadas pelas defesas (fls. 1.693-1.747), pleiteando a rejeição das preliminares suscitadas e o recebimento da denúncia.

O Ministério Público postulou, também, o desmembramento dos autos, mantendo-se no Supremo Tribunal Federal exclusivamente a apuração que envolva os denunciados, com a remessa de “cópia dos autos do Inquérito n. 3990/DF, bem como da Ação Cautelar n. 3895/DF (afastamento de sigilos fiscal e bancário) para a 13ª Vara Federal de Curitiba, para adoção das providências cabíveis em relação aos demais envolvidos: João Mauro Boschiero, Alberto Youssef, Adarico Negromonte Filho, Jayme Alves de Oliveira Filho, Ricardo Ribeiro Pessoa, Carlos Alberto de Oliveira Santiago, João José Pereira de Lyra, Fernando Antônio Falcão Soares, Claudio Caseira Sanches, José Zonis, Andurte de Barros Duarte Filho e Nestor Cerveró” (fl. 1.032-1.040), o que foi deferido por decisão proferida em 30.6.2016 (fls. 1.786-1.789).

4. Os denunciados Vander Luiz dos Santos Loubet (fls. 1.808-1.819) e Ademar Chagas da Cruz (fls. 1.821-1.840), em 08.08.2016, interpuseram agravos regimentais contra a decisão que deferiu o desmembramento das investigações, requerendo, em síntese, que todos os envolvidos mencionados na denúncia sejam processados nesta Corte, assim como seja rejeitada a peça acusatória. A esse respeito, o Procurador-Geral da República pleiteia o desprovimento dos recursos internos (fls. 1.846-1.853).

Em petição autônoma, Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos (fl. 1.798-1.801), na data de 04.08.2016, pede o desentranhamento da manifestação do Ministério Público sobre as respostas à acusação apresentadas pelas defesas, “seja em razão da extrapolação argumentativa do

INQ 3990 / DF

órgão ministerial, seja pela inexistência de previsão legal para a peça apresentada ou, ainda, por sua intempestividade” (fl. 1.801).

É o relatório.

14/03/2017

SEGUNDA TURMA

INQUÉRITO 3.990 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): 1. Num primeiro momento examino as preliminares suscitadas. Rejeito, de início, o pleito formulado pelo denunciado Vander Luiz dos Santos Loubet em sua resposta, no sentido da reabertura do prazo para aditamento da defesa após acesso ao INQ 3.883 no estado em que se encontra, uma vez que a mídia fornecida por esta Corte *“contemplou apenas o referido inquérito policial em data bem anterior”* (fl. 1.180). A circunstância de a cópia do referido procedimento, efetivamente entregue ao acusado, não corresponder ao seu estágio atual, é insuficiente a ensejar a reabertura de prazo, pois o que importa à defesa é ter acesso a todos os elementos de que se valeu o Ministério Público para oferecer a denúncia, o que foi observado no caso. Não fosse isso, a defesa sequer indica, de modo específico, peça alguma que tenha embasado a denúncia da qual não tenha tido ciência anteriormente, sendo valioso registrar que a mídia fornecida revela todos os atos praticados até 6.11.2015, pouco mais de um mês antes do oferecimento da exordial, datada de 18.12.2015.

2. Após a apresentação das respostas à denúncia, deu-se vista dos autos ao Ministério Público, nos termos do art. 5º da Lei 8.038/1990. Em petição autônoma (fls. 1.798-1.801), o denunciado Pedro Paulo Bergamaschi afirma que a manifestação do Procurador-Geral da República é intempestiva e sem fundamento, porque, a uma, ofertada mais de 30 (trinta) dias após o recebimento dos autos; a duas, porque a peça não tece qualquer comentário acerca dos documentos novos apresentados pelas defesas, focando-se exclusivamente em rebater as teses defensivas, caracterizando *“uma postura típica de uma tréplica cível, que, além de não existir no processo penal, é absolutamente incompatível com os preceitos que o regem”* (fl. 1.801).

Sobre o tema, esta Corte possui o entendimento de que *“quando a*

INQ 3990 / DF

defesa argui questão preliminar nas alegações finais, é legítima a abertura de vista e a manifestação do Ministério Público, ambos com respaldo legal na aplicação analógica do art. 327, primeira parte, do Código de Processo Civil, como previsto no art. 3º do Código de Processo Penal, pois em tal caso é de rigor que a outra parte se manifeste, em homenagem ao princípio do contraditório, cujo exercício não é monopólio da defesa’ (HC nº 76.240/SP, Segunda Turma, da relatoria do Ministro Maurício Corrêa, DJ de 14/8/98)” (RHC 104.261, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 7.8.2012).

Embora não se trate, no caso, de preliminares apresentadas pela defesa no âmbito de alegações finais, raciocínio análogo pode ser adotado. Nessa linha, esta Segunda Turma recentemente assentou:

“(…) “possível assegurar, também no âmbito da Lei 8.038/1990, o direito ao órgão acusador de réplica às respostas dos denunciados, especialmente quando suscitadas questões que, se acolhidas, poderão impedir a deflagração da ação penal. Só assim se estará prestigiando o princípio constitucional do contraditório (art. 5º, LV, CF), que garante aos litigantes, e não apenas à defesa, a efetiva participação na decisão judicial” (INQ 3.997, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 26.9.2016).

Por outro lado, a apresentação dessa manifestação pelo Ministério Público, após o transcurso do prazo de 5 (cinco) dias prescrito pelo art. 5º da Lei 8.038/1990, em face da função pública desempenhada pelo Procurador-Geral da República, titular da ação penal no âmbito do Supremo Tribunal Federal, leva à consideração de prazo impróprio, mormente quando o oferecimento da peça é faculdade do órgão acusador, e não dever. Destarte, a sua inobservância não gera vício processual.

3. Afirmam as defesas dos acusados Vander Luiz dos Santos Loubet e Pedro Paulo Bergamaschi de Leone Ramos que este inquérito, e a respectiva denúncia, teriam origem em declarações prestadas por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef em procedimento criminal (5049557-

INQ 3990 / DF

13.2013.4.04.7000) oriundo de inquérito (2006.70.00.018662-8), no qual foi usurpada a competência originária desta Corte, uma vez que visava investigar crimes cometidos por José Janene, deputado federal à época de sua instauração. Asseveram que, nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Segunda Questão de Ordem no INQ 2.245 (Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe de 09.11.2007), decidiu manter sob sua jurisdição todos aqueles investigados nesse procedimento que houvessem sido denunciados pelo Procurador-Geral da República, entre os quais se incluía José Janene e, portanto, são ilícitas as provas dele derivadas, bem como nulos os atos procedimentais e processuais decorrentes.

O denunciado Pedro Paulo Bergamaschi aduz, ainda, a ocorrência de equívoco, na origem, quando da distribuição do inquérito 2006.70.00.018662-8 por dependência ao processo 2004.70.00.002414-0, pois este, *“além de já estar arquivado na época dos fatos, sequer tinha relação com o objeto do apuratório, a não ser por tratarem ambos de crimes supostamente cometidos por Alberto Youssef”* (fl. 1.639). Destaca que, mesmo após a redistribuição do *“inquérito da família Janene”* a então 3ª Vara Federal Criminal, o inquérito 2006.70.00.018662-8 permaneceu na 2ª Vara Federal Criminal, atual 13ª Vara Federal.

Não obstante tais assertivas, não juntam os acusados qualquer documentação que permita a averiguação da procedência de suas alegações. Nessa direção, são insuficientes os documentos apresentados por Pedro Paulo Bergamaschi com sua resposta à denúncia, uma vez que não possibilitam, de modo algum, um exame completo do conteúdo das investigações realizadas nos processos 2004.70.00.002414-0, 2006.70.00.018662-8 e 5049557-13.2013.4.04.7000. Registre-se, ademais, que sequer a Procuradoria-Geral da República reconhece a suposta relação entre o processo 2006.70.00.018662-8 e o 5049557-13.2013.4.04.7000, argumentando que este seria oriundo, na verdade, do inquérito policial 714/2009. Logo, os elementos constantes dos autos não permitem que se conclua, com segurança, em um ou outro sentido.

Valioso citar que este INQ 3.990, ao contrário do que aventam as

INQ 3990 / DF

defesas, teve origem nas declarações prestadas por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef no âmbito de acordos de colaboração premiada (Pets 5.209 e 5.244), devidamente homologados por esta Corte, juízo competente para tanto. Assim, não se constata usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal, salientando-se que, ainda que o inquérito 5049557-13.2013.4.04.7000 fosse oriundo do processo 2006.70.00.00.018662-8 - fato contestado pelo Ministério Público -, esta Segunda Turma já rechaçou a alegação de que este específico procedimento investigatório teria sido instaurado para apurar condutas cometidas por pessoa com prerrogativa de foro. Na ocasião, decidiu-se, no julgamento das Questões de Ordem nas Ações Penais 871-878 (Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 30.10.2014), não existir notícia de participação de autoridades com foro por prerrogativa de função, razão pela qual se determinou a devolução ao juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, para regular processamento da demanda. Trata-se, como se vê, de questão já decidida mediante detida análise de todos os procedimentos.

4. Pedro Paulo Bergamaschi suscita, de outro lado, supostas ilegalidades em interceptações telefônicas ocorridas no procedimento nº 5026387-12.2013.404.7000, o qual tramitou perante o juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba. Segundo o acusado, as interceptações, além de terem por objeto conversas envolvendo o então Deputado Federal José Janene - importando em usurpação de competência do STF - e diálogos entre advogados e seus clientes, também teriam sido realizadas, em determinados períodos, sem que houvesse decisão judicial autorizativa fundamentada, violando o disposto na Lei 9.296/1996.

O art. 157 do Código de Processo Penal reputa ilícitas as provas colhidas em violação a normas constitucionais ou legais, bem como as delas derivadas, *“salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras”* (art. 157, § 1º). Trata-se, nas palavras do Ministro Celso de Mello, da aplicação da doutrina da ilicitude por

INQ 3990 / DF

derivação, a qual *“repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, por efeito de repercussão causal, pelo vício (...) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os de modo irremissível”* (HC 93.050, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, Dje de 1º.8.2008).

Na hipótese sob exame, Pedro Paulo Bergamaschi limitou-se a defender a existência de vícios em interceptações telefônicas realizadas no âmbito de procedimento que tramitou perante o juízo da 13ª Vara Federal da Subseção de Curitiba, mas não logrou êxito em demonstrar qualquer nexo de causalidade entre as provas alegadamente ilícitas colhidas em primeira instância e qualquer dos elementos de convicção juntados ao presente inquérito. Cumpre salientar que, em relação a essa matéria, o acusado sequer postulou, na resposta à acusação, a decretação da ilicitude de alguma prova encartada aos presentes autos, mas apenas afirmou revelar-se *“patente a ilicitude das quebras de sigilo de dados telefônicos, seja pela incompetência do Juízo, seja pela violação ilegal do sigilo profissional do advogado, ou, ainda, em razão da ausência de fundamentação nas decisões”* (fl. 1.647). Não se constata, assim, por que e de que modo eventuais vícios existentes nessas interceptações telefônicas afetariam este procedimento investigatório.

5. Os acusados argumentam, ademais, a nulidade dos elementos probatórios oriundos da interceptação de mensagens trocadas por meio do aplicativo *BlackBerry Messenger* (BBM), de propriedade da *Research in Motion* (RIM), situada no Canadá. Isso porque o envio dessas mensagens pela empresa diretamente à Polícia Federal não observou os termos do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, internalizado pelo Decreto 6.747/2009, o qual determina que todas as solicitações sejam enviadas e recebidas pelas autoridades centrais, a saber: a Procuradoria-Geral da República, no Brasil, e o Ministério da Justiça ou autoridade por ele indicada, no Canadá.

Não há qualquer razão para tanto. Com efeito, as mensagens em

INQ 3990 / DF

questão foram trocadas em território brasileiro e por pessoas aqui residentes, sendo a interceptação deferida por autoridade judicial brasileira (fls. 134-146 do apenso 32). Assim, a circunstância de os diálogos escritos encontrarem-se armazenados em servidor situado em território canadense não implica a necessidade de acionar os procedimentos do Tratado de Cooperação Mútua em Matéria Penal firmado entre Brasil e Canadá, mormente se, conforme consignado pelo Ministério Público, “o cumprimento da decisão judicial deu-se pela subsidiária da empresa estrangeira no Brasil” (fl. 1.727). Destaco, nessa linha, que, em depoimento prestado no juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, o agente da Polícia Federal Alonso Vinicius Caldas Souto informou que as ordens judiciais de interceptação telefônica eram encaminhadas ao escritório da *BlackBerry* em São Paulo (fl. 242 do apenso 32), enquanto João Stricker, Diretor Geral da *BlackBerry* no Brasil, indicou que cabia ao escritório brasileiro da empresa encaminhar requisições judiciais à sede da RIM no Canadá (fl. 228 do apenso 32).

Por derradeiro, ainda que a comunicação direta entre a Polícia Federal e a sede da RIM houvesse, em tese, violado as disposições do Tratado de Cooperação Mútua em Matéria Penal, isso não determina, por si só, a nulidade dos elementos probatórios obtidos. É que essa argumentação ignora uma das finalidades fundamentais desses tratados, que é justamente “a desburocratização da colheita da prova” (MS 33.751, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe de 31.03.2016). Cumpridas as exigências legais do direito interno brasileiro - destacadamente, a de existência de decisão judicial determinando o afastamento de sigilo de dados telemáticos de terminal utilizado por Alberto Youssef -, a eventual inobservância a formalidades previstas em Tratado de Cooperação Mútua em Matéria Penal certamente não implica, *prima facie*, a ilicitude da prova.

Não procede, portanto, a preliminar, como também entendeu em caso análogo, o Min. ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, do Superior Tribunal de Justiça:

“RECURSO EM HABEAS CORPUS. (...) 5. Os serviços telefônicos e telemáticos - por meio dos quais foram realizadas

INQ 3990 / DF

as comunicações interceptadas - encontravam-se ativos no Brasil, por intermédio de operadoras de telefonia estabelecidas no território nacional, evidenciando-se a efetiva atuação da empresa canadense no País, independentemente do local de armazenamento do conteúdo das mensagens trocadas entre o recorrente e os demais acusados. Dessa forma, tratando-se de matéria submetida à jurisdição brasileira, desnecessária se torna a própria cooperação jurídica internacional, a qual só seria necessária caso se pretendesse, por exemplo, interceptar pessoas residentes no exterior, o que não é o caso (...)” (RHC 67.558/RJ, SEXTA TURMA, DJe 21.10.2016).

6. Também inexistente qualquer vício nas decisões proferidas nas AC 3.870 e AC 4.051, vinculadas ao INQ 3.883, que, acolhendo manifestações da Procuradoria-Geral da República, determinaram o afastamento dos sigilos fiscal e bancário dos acusados e a realização de buscas e apreensões em endereços a eles relacionados. Conforme consignado nessas decisões, conquanto íntegra garantia fundamental, a inviolabilidade domiciliar não se reveste de caráter absoluto, podendo ser excepcionada nas hipóteses taxativamente previstas no texto constitucional (RHC 117.159, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 2.12.2013; RHC 86.082, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJe de 22.8.2008), desde que observadas as limitações de ordem infraconstitucional e respeitadas as razões de interesse público que legitimam a medida restritiva (MS 23.452, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 12.5.2000). Outrossim, os sigilos bancário e fiscal também não são absolutos, admitindo, ainda que excepcionalmente, repita-se, limitações, impondo a normativa de regência que a medida seja devidamente fundamentada, sob pena de se tornar “*instrumento de devassa indiscriminada*” (HC 84.758, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 16.6.2006; AI 655.298 AgR, Rel. Min. EROS GRAU, Segunda Turma, DJe de 28.9.2007).

Ao contrário do que aventava o acusado Pedro Paulo Bergamaschi, os requerimentos do Ministério Público não se encontram fundamentados

INQ 3990 / DF

apenas em depoimentos prestados pelos colaboradores Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopez e Ricardo Ribeiro Pessoa, mas também em diversos outros documentos, em especial: (a) relatório de inteligência financeira (RIF 15.615), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), apontando como suspeitas diversas operações financeiras envolvendo Pedro Paulo Bergamaschi, o Senador Fernando Collor de Mello e empresas a eles vinculadas; (b) tabela fornecida por Meire Bonfim da Silva Poza, na qual constavam serviços prestados a pessoas jurídicas vinculadas a Pedro Paulo Bergamaschi, corroborada por gravação por ela fornecida e depoimento por ela prestado; (c) registros de entrada de Pedro Paulo Bergamaschi nos escritórios de Alberto Youssef; e (d) planilha na qual eram registradas as entregas de valores por Jayme Alves de Oliveira Filho, um dos prepostos de Alberto Youssef, na qual constam supostas entregas de valores em espécie a Pedro Paulo Bergamaschi em diversas datas.

Demonstrada então, pela presença desses indícios, a improcedência da afirmação desse denunciado de que o Ministério Público não teria realizado diligências prévias aos requerimentos de quebra de sigilos e de busca e apreensão. Na verdade, o Procurador-Geral da República ofereceu, para embasar os pedidos realizados, farta documentação, a qual foi examinada de forma pormenorizada pelas decisões que deferiram o afastamento dos sigilos fiscal e bancário de Pedro Paulo Bergamaschi e a busca e apreensão em endereços a ele vinculados. Plenamente hígidos, portanto, os elementos colhidos no âmbito dessas ações cautelares.

7. Além disso, os denunciados sustentam a inépcia da denúncia, porquanto a peça acusatória não teria descrito, de modo específico, a conduta de cada acusado. Não lhes assiste razão. A denúncia relata, de forma pormenorizada, os fatos supostamente delituosos e suas circunstâncias, explanando de modo compreensível e individualizado a conduta criminosa, em tese, adotada por cada um dos envolvidos, nos termos do que determina o art. 41 do Código de Processo Penal. Há, na peça de acusação, descrição clara e precisa das imputações segundo o contexto em que inseridas, não sendo, então, inepta, até porque não

INQ 3990 / DF

avistado qualquer prejuízo ao exercício do direito de defesa. Aliás, o que a lei impõe é uma descrição lógica e coerente, a fim de permitir aos acusados a compreensão das imputações e o exercício amplo do contraditório, o que ocorreu no caso.

Além de delinear a conduta imputada a cada um dos acusados no item 1 da exordial (fls. 848-899), o Procurador-Geral da República, em seguida, narrou os crimes em tese por eles praticados. Consta da denúncia que o Deputado Federal Vander Loubet recebeu de Pedro Paulo Bergamaschi vantagens indevidas para que permitisse a livre atuação de organização criminosa que atuava no âmbito da BR Distribuidora. Para o recebimento dissimulado desses valores espúrios, o parlamentar teria contado com o auxílio dos demais acusados. Segundo o Ministério Público (fls. 974-976):

“(…)

Vander Luis dos Santos Loubet, agindo como representante do partido dos trabalhadores em relação à BR Distribuidora, recebeu significativas vantagens pecuniárias indevidas de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, por intermédio de Alberto Youssef, entre 2012 e 2014, para deixar de exercer a função parlamentar de fiscalização sobre a administração federal e permitir a livre atuação da organização criminosa voltada à prática de crimes de peculato, corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro no âmbito da Petrobras Distribuidora S/A.

(…)

Para o recebimento dissimulado e disfarçado dos valores ilícitos, o Deputado Federal Vander Luis dos Santos Loubet utilizou seus familiares, especialmente sua esposa Roseli da Cruz Loubet e seu cunhado Ademar Chagas da Cruz, além da sócia desse último Fabiane Karina Miranda Avanci. A estratégia de ocultação das quantias provenientes do delito de corrupção foi descoberta pelas investigações”.

É evidente, do excerto acima descrito, que a denúncia indica,

INQ 3990 / DF

expressamente, qual o ato de ofício de atribuição do Deputado Federal Vander Loubet que teria motivado a prática dos crimes de corrupção passiva. Em diversos outros trechos da exordial acusatória, consta que o parlamentar solicitou, e aceitou promessa nesse sentido, como recebeu para si, vantagem indevida *“para se omitir quanto ao cumprimento do seu dever parlamentar de fiscalização da administração pública federal, viabilizando assim, indevidamente, o funcionamento de organização criminosa voltada para a prática de crimes de peculato, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da Petrobras Distribuidora S/A – BR Distribuidora, o que acabou de fato acontecendo”* (fls. 849, 850, 851, 853, 854, 856, etc.). Desse modo, inquestionável que o ato de ofício que teria ensejado o suposto pagamento de vantagens indevidas ao parlamentar Vander Loubet encontra-se devidamente apontado, não havendo que se falar em sua inépcia por tal razão.

O envolvimento dos demais acusados nos fatos criminosos também foi suficientemente explanado na exordial acusatória. A participação de Ademar Chagas da Cruz, Fabiane Miranda Avanci e Pedro Paulo Bergamaschi no recebimento da vantagem indevida direcionada a Vander Loubet foi devidamente esclarecida pela acusação, por meio do relato de cada um dos episódios que contaram com seu envolvimento e da descrição individualizada da conduta por cada um adotada. Colho, da denúncia (fls. 980-989):

“(...) entre 2012 e 2014, em datas não especificadas, Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos ordenou que Alberto Youssef entregasse R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) ou R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em dinheiro ao advogado Ademar Chagas da Cruz, quantia essa que se destinava, em última instância, a Vander Luis dos Santos Loubet. Alberto Youssef determinou que seu transportador de dinheiro Rafael Angulo Lopez fosse entregar o dinheiro em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Rafael Angulo Lopez fez o repasse de valores por meio de duas entregas, realizadas na sede do escritório Chagas e Cruz Advocacia,

INQ 3990 / DF

tendo as cédulas sido recebidas por Fabiane Karina Miranda Avanci. (...)

Além disso, em 06 de novembro de 2013, seguindo instruções de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, Alberto Youssef, por meio da empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., transferiu R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para a empresa Pereira e Moura Ltda., com o objetivo de pagar dívidas de campanha de Vander Luis dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande nas eleições de 2012, as quais haviam sido contraídas por Ademar Chagas da Cruz. (...)

Na mesma data de 06 de novembro de 2013, seguindo instruções de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, Alberto Youssef, por meio da empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., transferiu R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a empresa Accorde Produções de Audiovisuais Ltda., com o objetivo de pagar despesa de campanha de Vander Luis dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande nas eleições de 2012, tendo o parlamentar encarregado Ademar Chagas da Cruz de pagá-la. (...)

Por outro lado, por volta de 23 de dezembro de 2013, seguindo instruções de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, Alberto Youssef, por meio da empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., transferiu um total de R\$ 342.366,00 (trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais) para a pessoa física de Alexandre Frozino Ribeiro, mediante três operações nos valores individuais de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) e R\$ 122.366,00 (cento e vinte e dois mil e trezentos e sessenta e seis reais), com o objetivo de pagar dívidas de campanha de Vander Luis dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande nas eleições de 2012, as quais haviam sido contraídas por Ademar Chagas da Cruz. (...)

Ainda sobre esse fato, em 16 de outubro de 2013, Vander Luis dos Santos Loubet efetuou três depósitos por meio de cheques emitidos a partir de sua conta n. 317454, agência n.

INQ 3990 / DF

2100, do Banco Bradesco, em favor de Alexandre Frozino Ribeiro. Os valores e as circunstâncias indicam que se trata de pagamento de juros do empréstimo contraído no caso (...)”.

A participação de Roseli Loubet nos fatos denunciados, por sua vez, também se encontra esboçada na denúncia, da qual consta o seguinte (fls. 1.010-1.012):

“(...) em 06 de novembro de 2013, seguindo instruções de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, Alberto Youssef, por meio da empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., transferiu R\$ 75.000,00 (cinquenta mil reais) [sic] para a pessoa física de Julio Hermes Nunes, com o objetivo de pagar dívida contraída por Roseli da Cruz Loubet, provavelmente para custear despesas de campanha de Vander Luis dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande nas eleições de 2012, tendo o parlamentar encarregado Ademar Chagas da Cruz de pagar o empréstimo. (...).

Na mesma data de 06 de novembro de 2011, seguindo instruções de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, Alberto Youssef, por meio da empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., transferiu R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a pessoa física de Joel Lino Pereira, com o objetivo de pagar dívida contraída por Roseli da Cruz Loubet, provavelmente para custear despesas de campanha de Vander Luis dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande nas eleições de 2012, tendo o parlamentar encarregado Ademar Chagas da Cruz de pagar o empréstimo (...)”.

Bem se vê, portanto, que o Ministério Público desenvolveu satisfatoriamente, na exordial acusatória, a narrativa dos fatos criminosos, destacando a participação de cada um dos denunciados nos delitos a eles imputados, com a indicação de circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, permitindo, dessa forma, o pleno exercício do direito de defesa por parte dos acusados. Não há que se falar, assim, em inépcia da

INQ 3990 / DF

denúncia.

8. Por outro lado, o fato de o Procurador-Geral da República não ter denunciado nestes autos crimes de corrupção ativa não acarreta a inépcia da denúncia com relação aos delitos de corrupção passiva. Embora essa última figura típica, na modalidade receber, seja bilateral - orientação que goza do beneplácito de respeitável doutrina (DELMANTO, Celso. Código penal anotado. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1982. p. 365 e 387; FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal: parte especial. vol. II. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1988. p. 437) e de antiga jurisprudência deste Tribunal (RE 69.904, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, Primeira Turma, DJ 26.11.1971; HC 54.670, Rel. Min. RODRIGUES ALCKMIN, Tribunal Pleno, DJ de 15.04.1977), bem como de recente pronunciamento da Corte Especial do STJ (Apn 690, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Corte Especial, DJe de 22.05.2015) -, nada impede que o Ministério Público ofereça acusação somente contra aqueles que praticaram, em tese, a conduta passiva, principalmente se apenas contra eles há indícios de autoria suficientes. Isso porque a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o princípio da indivisibilidade não se aplica à ação penal pública, uma vez que *“o Ministério Público, sob pena de abuso no exercício da prerrogativa extraordinária de acusar, não pode ser constrangido, diante da insuficiência dos elementos probatórios existentes, a denunciar pessoa contra quem não haja qualquer prova segura e idônea de haver cometido determinada infração penal”* (HC 71.429, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, DJ de 25.08.1995). Nessa linha, veja-se o seguinte trecho de voto proferido pelo Ministro Celso de Mello no julgamento da AP 470 (Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe de 22.04.2013):

“[...] o fato de ser eventualmente desconhecido o corruptor ativo naquelas hipóteses típicas em que o agente público recebe ou aceita promessa de vantagem indevida não impede, só por si, que o Ministério Público ofereça denúncia, por corrupção passiva, apenas contra o servidor estatal que se deixou subornar, mesmo porque o princípio da indivisibilidade

INQ 3990 / DF

não se aplica à ação penal pública, sendo peculiar, tão somente, aos casos instauráveis mediante ação penal privada, consoante adverte o magistério da doutrina (JULIO FABRINI MIRABETE, 'Processo Penal', p. 119, 1991, Atlas; DAMÁSIO E. DE JESUS, 'Código de Processo Penal Anotado', p. 46, 10ª ed., 1993, Saraiva) e proclama a jurisprudência desta Suprema Corte (RTJ 91/477 - RTJ 94/137 - RTJ 95/1389 - HC 71.429/SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO)".

Destarte, hígida a denúncia, mesmo não abrangendo os crimes de corrupção ativa, anotando-se que o Ministério Público postulou, quanto aos possíveis corruptores ativos, a cisão da investigação.

9. Não acarreta inépcia da denúncia ou, ainda, ofensa aos princípios da indivisibilidade, da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal, o desmembramento do processo, deferido por decisão subscrita em 30.06.2016. O pleito de cisão requerido pelo Ministério Público foi acolhido sob os seguintes fundamentos:

"2. Segundo precedente do Supremo Tribunal Federal, cabe apenas ao próprio tribunal ao qual toca o foro por prerrogativa de função a análise da cisão das investigações (RCL 7913 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 8.9.2011), assim como conforme orientação mais recente de promover, sempre que possível, o desmembramento de inquérito e peças de investigação correspondentes, para manter sob sua jurisdição, em regra, apenas o que envolva autoridade com prerrogativa de foro, segundo as circunstâncias de cada caso (INQ 3515 AgR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe de 14.3.2014), ressalvadas as situações em que os fatos se revelem de tal forma imbricados que a cisão por si só implique prejuízo a seu esclarecimento (AP 853, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 22.5.2014).

3. Deve ser acolhida a manifestação ministerial de fls. 1.032-1.040, no sentido da remessa de cópia dos autos ao juízo de primeira instância indicado, uma vez que é possível individualizar as supostas condutas dos em tese envolvidos, de modo que não se verifica razão objetiva a obstar o

INQ 3990 / DF

desmembramento (INQ 2601 QO, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJe de 17.5.2013; AP 396, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 28.4-2011), à exceção dos já denunciados em conjunto com o parlamentar Vander Luis dos Santos Loubet, a saber, Ademar Chagas da Cruz, Fabiane Karina Miranda Avanci, Roseli da Cruz Loubet e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, cujo desmembramento pode acarretar prejuízo à persecução penal, conforme destacado pelo Procurador-Geral da República:

‘(...)

Na situação, o normal seria, portanto, manter no Supremo Tribunal Federal o processo somente em relação ao Deputado Federal VANDER LUIS DOS SANTOS LOUBET. No entanto, não se pode ignorar que, na espécie, os demais denunciados, apesar de não serem titulares de foro por prerrogativa de função, apresentaram condutas estreitamente vinculadas ao parlamentar em referência, auxiliando-o diretamente no recebimento e na ocultação de valores de origem ilícita relacionados ao esquema. Para facilitar a produção de provas ao longo do processo e sua análise ao final, afigura-se conveniente que tais pessoas (...) tenham o mesmo tratamento processual de VANDER LUIS DOS SANTOS LOUBET’ (fls. 1.035-1.036).

Por outro lado, a situação fática descrita nos autos aparentemente guarda pertinência com os inquéritos e as ações penais relacionadas a vários delitos praticados no âmbito da Petrobras Distribuidora S/A - BR DISTRIBUIDORA, cujo processamento se dá perante a 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, o que justifica a remessa de cópia dos autos àquele juízo, ao qual se determina, todavia, exame imediato dessa questão pertinente à competência”.

Ao contrário do que argumentam os acusados, a cisão da investigação não acarreta qualquer prejuízo ao esclarecimento dos fatos, porquanto é possível individualizar a ação dos denunciados da conduta daqueles com relação aos quais foi desmembrado o processo. E mesmo

INQ 3990 / DF

que alguns desses venham a ser denunciados por corrupção ativa, tal não constituiria óbice à determinação, porque ambas as Turmas desta Corte já assentaram a viabilidade de desmembramento do processo quanto aos crimes de corrupção passiva e ativa, mantendo sob a jurisdição desta Corte apenas a investigação relativa ao recebimento de vantagem indevida por detentor de foro por prerrogativa de função, preservando “*a excepcionalidade da extensão da prerrogativa de foro, a independência entre os delitos de corrupção passiva e ativa (...)*” (INQ 2.560, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 23.05.2016). Com o mesmo sentido: INQ 3.997 ED, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 11.11.2016.

Com essas considerações, rejeito todas as preliminares e também nego provimento aos agravos regimentais de Vander Luiz dos Santos Loubet (fls. 1808-1.819) e Ademar Chagas da Cruz (fls. 1.821-1.840), que se voltam exclusivamente contra o referido desmembramento das investigações.

10. Num segundo momento, anoto premissas básicas de ordem conceitual, comuns a qualquer deliberação de recebimento da denúncia. Trata-se de juízo com pressupostos e requisitos estabelecidos por normativa própria no art. 41 e art. 395 do Código de Processo Penal e, relativamente à ação penal de competência originária do Tribunal (Lei 8.038/90, arts. 1º a 12), também no art. 397 do mesmo Código (HC 116.653, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 11.4.2014).

Vale enfatizar, a partir daí, que o denunciado defende-se dos fatos imputados, e não da classificação jurídica delineada pela acusação (INQ 3.113, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 06.02.2015), exsurgindo, na verdade, o requisito de justa causa (CPP, art. 395, III), que exige “*suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação e se traduz na existência, no inquérito policial ou nas peças de informação que instruem a denúncia, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria*” (INQ 3.719, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 30.10.2014).

11. O Procurador-Geral da República imputa aos denunciados as

INQ 3990 / DF

condutas tipificadas no art. 317, § 1º, do Código Penal, no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998 e no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013, tudo na forma do art. 29 e art. 69 do Código Penal. Tais normas dispõem, respectivamente:

“Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional”.

“Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

(...)

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa”.

“Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

(...)

§ 3º A pena é agravada para quem exerce o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução.

§ 4º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços):

(...)

INQ 3990 / DF

II - se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal”.

Narra-se que, no decorrer de investigações realizadas no INQ 3.883, identificou-se *“uma complexa organização criminosa”* que pôs em prática sofisticado esquema de desvio de recursos públicos, corrupção e lavagem de dinheiro, especialmente no âmbito da BR Distribuidora, cujo operador seria o denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, atuando *“principalmente em favor de seu amigo pessoal, Fernando Affonso Collor de Mello”* (fl. 907). Tais fatos são objeto da denúncia ofertada no INQ 4.112. Ao lado disso, *“em razão da composição dos interesses políticos aos quais foi entregue a Petrobras Distribuidora S/A”* (fl. 907), o acusado Pedro Paulo Bergamaschi também *“tinha que contemplar financeiramente o Partido dos Trabalhadores, na pessoa de algum de seus integrantes, em especial Vander Luiz dos Santos Loubet, mediante o repasse de propina”* (fl. 907).

Sustenta-se, na peça acusatória, que a repartição política das diretorias da BR Distribuidora era feita da seguinte forma:

“a) A Diretoria de Redes de Postos de Serviço, ocupada por Luiz Claudio Caseira Sanches entre 2009 e 2013 e por Luís Alves de Lima Filho entre 2013 e 2015, era de indicação do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, em especial do Senador Fernando Affonso Collor de Mello;

b) A Diretoria de Operações e Logística, ocupada por José Zonis entre 2009 e 2013 e por Vilson Reichembach Silva entre 2013 e 2015, também era de indicação do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, em especial do Senador Fernando Affonso Collor de Mello;

c) A Diretoria de Mercado Consumidor, ocupada por Andurte de Barros Duarte Filho entre 2009 e 2015, era de indicação do Partido dos Trabalhadores - PT;

d) A Diretoria Financeira e de Serviços, ocupada por Nestor Cerveró entre 2008 e 2014, também era de indicação do Partido dos Trabalhadores - PT”.

INQ 3990 / DF

Enquanto Nestor Cerveró foi indicado por iniciativa da Presidência da República, a informação policial de fls. 268-291, lastreada em matérias jornalísticas, aponta que Andurte Duarte Filho teria sido alçado ao cargo na BR Distribuidora pela bancada do PT na Câmara dos Deputados, com participação destacada do ex-parlamentar Cândido Vacarezza e do denunciado Vander Luiz dos Santos Loubet. Indagado acerca desse fato, Cândido Vacarezza asseverou que, na condição de líder do PT, *“defendeu a indicação de Andurte de Barros Duarte à BR Distribuidora”*, ressaltando que ele *“era à época o substituto eventual do então Diretor da BR Distribuidora de sobrenome Caputi”* e que, portanto, *“tecnicamente possuía habilitação para o cargo”* (fl. 336). Ao lado disso, há elementos na denúncia que revelam relação próxima entre Vander Luiz dos Santos Loubet e Cândido Vacarezza, os quais inclusive viajaram juntos ao exterior (fls. 357-367). Nesse sentido, Vacarezza afirmou em depoimento que *“o vínculo com Vander Loubet é decorrência da militância partidária de ambos, o que ocasionou uma amizade natural dos anos de convivência”* e que *“já viajou para o exterior uma ou duas vezes na companhia de Vander Loubet”* (fl. 338). Registros de entrada na sede da BR Distribuidora indicam que, embora Vander Luiz dos Santos Loubet comparecesse à empresa desde 2004, sua frequência no local aumentou a partir da indicação de Andurte Duarte Filho e cessou logo após tornada pública a denominada *“Operação Lava Jato”* (fls. 492-502).

Ainda afirma o Procurador-Geral da República que, em razão da ligação de Vander Luiz dos Santos Loubet com a BR Distribuidora, teria o deputado federal recebido vantagens indevidas de Pedro Paulo Bergamaschi, por intermédio de Alberto Youssef, entre 2012 e 2014, com o objetivo de que deixasse *“de exercer a função parlamentar de fiscalização sobre a administração federal e permitir a livre atuação da organização criminosa voltada à prática de crimes de peculato, corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro no âmbito da Petrobras Distribuidora S/A”* (fl. 975). Esses valores tinham como origem quantias repassadas a Pedro Paulo Bergamaschi pelas pessoas jurídicas favorecidas *“por ilegalidades praticadas no âmbito das*

INQ 3990 / DF

diretorias da Petrobras Distribuidora S/A” (fls. 924-925), destacadamente a DVBR - Derivados do Brasil S/A, a UTC Engenharia S/A e a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. Para a coleta desses valores, Pedro Paulo Bergamaschi utilizou-se dos serviços de Alberto Youssef, com quem mantinha “*uma espécie de ‘conta-corrente’*” (fl. 952).

Em continuidade, discorre-se que a propina paga pela DVBR - Derivados do Brasil S/A seria relativa a contrato de troca de bandeira de postos de combustíveis firmado com a BR Distribuidora em 2011, com valor total de cerca de R\$ 122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais). O contrato em questão foi negociado entre Carlos Alberto de Oliveira Santiago, na qualidade de representante da DVBR, e Luiz Claudio Caseira Sanches, Diretor de Rede de Postos de Serviço, cargo esse sob o domínio político do Senador Fernando Collor de Mello, como argumenta a acusação. Em decorrência do acordo, Carlos Alberto de Oliveira Santiago comprometeu-se a pagar a Fernando Collor de Mello, por meio de Pedro Paulo Bergamaschi, o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). No termo de colaboração 32, Alberto Youssef contou o seguinte acerca do assunto (fl. 141 do INQ 3.883):

“(…)

Que, existe uma rede de postos em São Paulo de um indivíduo de nome ‘Carlinhos’ qual possui escritório junto a Rua Faria Lima, da qual passou a ser sócio o banco BTG Pactual, provavelmente por meio de um fundo de investimento; Que, teria havido um acordo para que esses postos passassem a operar com a bandeira Petrobras por meio da BR Distribuidora, sendo o declarante contratado por Pedro Paulo Leoni Ramos, vulgo PP, para fazer o recebimento da comissão relativa a esse negócio; Que, em virtude dessa transação a mencionada rede de postos iria receber cerca de trezentos milhões de reais para que passassem a operar com a bandeira Petrobras caso houvesse a adesão de todos os postos da rede; Que, acredita que Pedro Paulo tenha sido o operador da negociação, a qual certamente iria retornar uma comissão para algum dirigente da BR Distribuidora; Que, ficou acertado que ‘Carlinhos’ iria retornar

INQ 3990 / DF

cerca de seis milhões de reais após o pagamento da Petrobras, cabendo ao declarante receber tais recursos e entregar a Pedro Paulo Leoni”.

Sobre a forma pela qual teriam sido pagos os valores indevidos a Pedro Paulo Bergamaschi, Youssef afirmou (fl. 141 do INQ 3.883) *“que, parte desse valor foi pago em espécie, tendo o declarante determinado que Rafael Angulo e Adarico Negromonte recolhessem esses valores; Que, a outra parte, cerca de dois milhões de dólares, foi paga mediante depósito junto a conta da empresa DGX ou da RFY de Leonardo Meirelles, mantida em Hong Kong; Que, esses recursos tiveram origem em um depósito feito nas ilhas Cayman por uma off shore cujo nome não recorda; Que Leonardo fez algumas operações de câmbio, provavelmente junto a clientes dele da 25 de março e posteriormente entregou o valor em reais ao declarante”*.

O colaborador Rafael Ângulo Lopez esclareceu que realizou a retirada de um total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em valores em espécie, em quatro visitas realizadas a postos de gasolina. Os valores foram entregues por uma pessoa *“de nome Carlos, conhecido como Carlinhos”* (anexo 12, doc. 5). Confrontado o relatório de diligência realizada no INQ 3.883 (fls. 338-348 do Inquérito 3.883) com o contrato de troca de bandeira celebrado entre a BR Distribuidora e a DVBR - Derivados do Brasil (anexo 11, doc. 4), identificou-se que os postos visitados por Rafael Ângulo Lopez coincidiam com aqueles abrangidos pelo negócio jurídico. A denúncia destaca, ainda, que, em diligência de busca e apreensão deferida por esta Corte, arrecadou-se o montante de R\$ 3.670.305,00 (três milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e cinco reais) na sede da Áster Petróleo Ltda. (anexo 12, doc. 5), apontada por Alberto Youssef (fl. 86) como local em que situado o escritório de Carlos Alberto de Oliveira Santiago.

O contrato firmado com a DVBR - Derivados do Brasil foi analisado pelo Grupo de Trabalho de Averiguação da Petrobras instituído por meio do DIP BR-PRD 00016/2015, que, embora não tenha encontrado *“evidências materiais da prática de atos ilícitos por quaisquer empregados, ou terceiros envolvidos no processo de negociação e celebração de contratos da*

INQ 3990 / DF

DVBR com a BR” ou “*evidências de que o negócio tenha recebido influência política na sua negociação ou celebração*”, concluiu (fls. 20-21 do Relatório Final GTA - DIP PRD 16-2015, localizado na mídia juntada no doc. 4 do apenso 12):

“(…)

b) O número estipulado como base de volume para a celebração do negócio não se baseou num relatório de auditoria, como informado no DIP [Documento Interno do Sistema Petrobras] de propositura, mas sim num mero relatório não auditado, e realizado sem qualquer verificação no campo. Ao deixar de repassar para a DE [Diretoria Executiva] tal informação o ex-empregado Demétrius falhou no desempenho de suas funções;

c) Ao projetar, como base da TRI aceitável para o negócio o crescimento no consumo de 7% a 14% nos dois primeiros anos, e repassar isto para a Diretoria Executiva como cenário base para aprovação, sem qualquer parâmetro técnico de respaldo, houve falha na propositura, que acabou por retratar uma expectativa que não tinha qualquer base real comprovada”.

Já as vantagens indevidas supostamente pagas pela UTC Engenharia S/A tinham relação a contratos de construção de bases de distribuição de combustíveis firmados no âmbito da Diretoria de Operações e Logística, então ocupada por José Zonis, também indicado ao cargo pelo Senador Fernando Collor de Mello. A UTC Engenharia S/A teria sido beneficiada em quatro licitações, realizadas em 2010, referentes a obras no novo cais flutuante no Terminal do Amazonas - Teman, na Base de Caracará - BARAC e na Base de Oriximiná - BARIX, no Terminal de Duque de Caxias - TEDUC, na Nova Base de Cruzeiro do Sul - BASUL II e na Base de Porto Nacional - BAPON. O valor total das obras seria de R\$ 576.523.452,09 (quinhentos e setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e nove centavos). O Grupo de Trabalho de Averiguação da Petrobras DIP BR-PRD 19/2015 indicou a

INQ 3990 / DF

presença de Ricardo Ribeiro Pessoa, da UTC, na BR Distribuidora em datas que considerou chave à negociação e celebração dos contratos referidos (fls. 29-30 do Relatório Final GTA DIP PRD 19_2015, localizado na mídia juntada no doc. 4 do apenso 12):

“(…)

Ele esteve na BR no dia 18/06/10, para se reunir com o ex-DIOL [Diretor de Operações e Logística], José Zonis. Questionado a respeito dos motivos pelos quais teria recebido o Sr. Ricardo, o empregado afirmou:

‘Que não se recorda de tê-lo encontrado antes da licitação do Teduc. Que isto ocorreu faz bastante tempo. Que outras empresas de grande porte buscavam contratos, principalmente em razão das obras de grande porte que a BR estava buscando realizar’.

Assim, não foi possível precisar o real motivo de sua visita. Porém a data se mostra emblemática. No dia 16/06/2010, a UTC apresentou a melhor proposta para a obra do Teduc. No dia 18/06 houve a visita, e no dia 21/06/10 foi feita negociação para reduzir o valor final para a obra do Teduc, saindo o resultado final no dia 28/06/10.

No momento da visita, não havia qualquer obra em andamento que justificasse o encontro entre o empregado Zonis e o Sr. Ricardo, razão pela qual nos é desconhecido o seu motivo.

No dia 05/08/10 houve o lançamento do convite para as obras da BASUL. No mesmo dia, houve uma visita do Sr. Ricardo para falar com o empregado Zonis. Questionado a respeito dessa visita, o empregado Zonis não se recordava perfeitamente, mas pensa que foi para tratar de assuntos relativos à obra do Teduc:

‘Que a partir do momento em que ele começou a participar dos processos, foram realizadas reuniões. Que no Teduc havia um problema de pintura que estava causando certo atraso, mas se foi no dia do lançamento da licitação, não se lembra’”.

INQ 3990 / DF

A acusação argumenta que o êxito da UTC Engenharia S/A nos procedimentos licitatórios para a adjudicação desses contratos não ocorreu por acaso, uma vez que houve a frustração do caráter competitivo de todos esses certames, mediante ajuste prévio entre Pedro Paulo Bergamaschi, José Zonis e Ricardo Pessoa, que teria se comprometido a pagar àquele a vantagem indevida no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Nessa linha, Ricardo Pessoa, em depoimento prestado no âmbito de colaboração premiada, relatou (apenso 11, doc. 2):

“(…)

Que Pedro Paulo Leoni Ramos procurou o declarante e disse-lhe ‘nós temos’ uma ou duas diretorias dentro da BR Distribuidora nas quais temos acesso e ascendência e que podemos conseguir para a UTC um pacote de obras para construir bases de distribuição de combustíveis; (...) Que Pedro Paulo Leoni Ramos disse que o declarante poderia ganhar as obras se pagasse um percentual de 2% sobre o valor dos contratos; Que, ao longo do processo de negociação dos valores a serem pagos a título de propina, o declarante conseguiu entrar em acordo com Pedro Paulo para pagar apenas o valor fixo de 20 milhões de reais, e não de 2% em cima dos contratos - que totalizavam R\$ 650 milhões; Que os valores foram pagos em parcelas mensais ao longo de 2 anos, entre o final de 2010 e 2012; (...) Que a discussão sobre a participação da UTC nas licitações só foi aberta após o declarante dizer que aceitava pagar a propina; Que, então, Pedro Paulo Leoni Ramos o apresentou a José Zonis, que era o diretor responsável na BR Distribuidora por esses investimentos; Que a discussão sobre a licitação foi feita com José Zonis, e em pelo menos uma das oportunidades estava presente também Pedro Paulo Leoni Ramos; (...) Que nas discussões, mais especificamente em um jantar do qual participou o declarante, Pedro Paulo Leoni Ramos deu a entender a José Zonis que tudo já estava acertado;

INQ 3990 / DF

Que nos contatos com José Zonis ele também dava a entender que tinha ciência do acerto financeiro”.

Ainda segundo o mesmo colaborador, ele próprio, junto com José Zonis, teriam escolhido os concorrentes das quatro licitações, optando por *“empresas de maior porte, que já estavam trabalhando para a Petrobras (como na RNEST), e que, por isso, possivelmente não se interessariam pelas obras em questão”* (apenso 11, doc. 2). Essas pessoas jurídicas, consoante Ricardo Pessoa, foram *“escolhidas no momento em que não foram ‘excluídas’ das listas apresentadas por José Zonis”* (apenso 11, doc. 2). Além da seleção das empresas que participaram dos certames, o Grupo de Trabalho de Averiguação, instituído por meio do DIP BR-PRD 19/2015, concluiu também pela ocorrência de violação do sigilo das estimativas de preços, além de constatar indícios de sobrepreço nas obras realizadas (fls. 31-33 do Relatório Final GTA DIP PRD 19_2015, localizado na mídia juntada no doc. 4 do apenso 12):

“(…)

a) Houve a violação da estimativa de preços para o processo da BASUL e da BAPON, considerando que as planilhas de preços das propostas da UTC apresentam variação percentual idêntica para vários itens, quando comparados com os da BR, violação esta que contraria o disposto no PG-0BR-00005-C e no Decreto n. 2745/98, não tendo sido identificar os responsáveis por tal ato.

(…)

d) Houve falha na indicação das empresas participantes das licitações, feita no DIP GLOG n. 54/10, por falta de critério claro no processo de escolha, falha esta que ocasionou a diminuição da competitividade do certame, e com isso causou um direcionamento da licitação. Vale ressaltar que, em face dos instrumentos de averiguação disponíveis para o GTA, não foi possível determinar os empregados que definiram a lista final de convidados. Não obstante, em face do e-mail enviado para o ex-DIOL José Zonis, há indícios de que ele tenha influenciado

INQ 3990 / DF

nesta definição, até mesmo porque lhe foi submetida uma lista com empresas que depois foram retiradas do processo.

e) Houve falha na elaboração da estimativa e ausência de critérios para o seu cálculo em todo o processo, o que pode ser considerado como indício de sobrepreço no contrato.

f) Houve a violação da estimativa de preços para o processo dos Cais Flutuantes, considerando que as planilhas de preços das propostas da UTC apresentam variação percentual idêntica para vários itens, quando comparados com os da BR, violação esta que contraria o disposto no PG-0BR-00005-C e no Decreto n. 2745/98.

(...)

h) Não havia um critério pré-estabelecido para a elaboração das estimativas, as quais apresentavam variações consideráveis para itens similares com diferença de poucos meses, fato este que deixou a BR em situação fragilizada nestes procedimentos licitatórios”.

O colaborador Ricardo Pessoa também afirmou que as vantagens indevidas acordadas foram repassadas por ele diretamente a Pedro Paulo Bergamaschi, por intermédio da entrega de valores em espécie, com um pagamento inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e vinte pagamentos mensais de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), entre dezembro de 2010 e julho de 2012. Ao narrar a realização dos repasses dessas quantias a Pedro Paulo Bergamaschi, Ricardo Pessoa ressaltou sua relação próxima com Fernando Collor de Mello, bem como o envolvimento desse parlamentar na indicação de José Zonis à BR Distribuidora (apenso 11, doc. 2):

“(...)

Que os pagamentos eram feitos diretamente a Pedro Paulo Leoni Ramos; Que sabia que José Zonis era uma pessoa colocada na BR Distribuidora por Fernando Collor; Que sabia do estreito vínculo entre Pedro Paulo e Fernando Collor, inclusive pelo fato de aquele ter sido ministro do governo

INQ 3990 / DF

Collor; Que nas conversas com Pedro Paulo, este se referia a Fernando Collor sempre usando somente o prenome 'Fernando'; Que o declarante sabia que por trás da indicação de Zonis estava Fernando Collor, do contrário, não aceitaria pagar 20 milhões de propina e tentaria pagar no máximo 10 milhões; Que quando Pedro Paulo Leoni Ramos usou a expressão 'nós temos' uma diretoria na BR Distribuidora, ficou claro ao declarante que Pedro Paulo estava se referindo a ele próprio e a Fernando Collor".

Fernando Antônio Falcão Soares, por sua vez, asseverou, em depoimento prestado no âmbito de acordo de colaboração premiada, que Pedro Paulo Bergamaschi postulou o pagamento de vantagens indevidas em contrato de construção de bases de combustível de cuja negociação participou. Aduziu que realizava as negociações em nome da Jaraguá Equipamentos Industriais, presidida por Paulo Dalmazzo, para a construção da base de distribuição de combustíveis em Macaé/RJ, e que, segundo lhe teria informado Nestor Cerveró, *"a primeira base de distribuição de combustíveis, situada em Rondonópolis/MT, já estava em andamento, com um grupo liderado por Pedro Paulo Bergamaschi"* (apenso 11, doc. 3). Nada obstante, Pedro Paulo Bergamaschi procurou o colaborador e pediu a ele que *"não levasse as negociações adiante porque esse negócio já seria dele"* (apenso 11, doc. 3). Após ser avisado por Nestor Cerveró de que este não poderia justificar que um único fundo de investimento obtivesse todos os contratos de bases de distribuição de combustíveis, Pedro Paulo Bergamaschi autorizou Fernando Soares a prosseguir com as negociações, desde que ele *"e seu grupo tivessem uma participação no negócio"* (apenso 11, doc. 3). O acordo, todavia, não se concretizou, já que, segundo Fernando Soares, Paulo Dalmazzo negou-se a cumprir o pedido de Bergamaschi.

Nas declarações materializadas no Termo de Colaboração 16, Fernando Soares relatou, ainda, o pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao *"grupo político representado por Pedro Paulo Bergamaschi"* (fls. 952-953) pela FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização

INQ 3990 / DF

Ltda., da qual o colaborador era sócio, para evitar entraves na execução de contratos de prestação de serviços firmados com a BR Distribuidora em 2011. Segundo Fernando Soares, após a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. lograr-se vencedora no procedimento licitatório realizado, o colaborador teria sido procurador por Paulo Panico, que lhe teria dito que o contrato estava sob a supervisão de uma diretoria que era da responsabilidade do grupo político por ele representado, o qual necessitava *“de uma ajuda financeira”* (fl. 954). A diretoria em questão seria a Diretoria de Redes de Postos e Serviços, ocupada por Luiz Cláudio Caseira Sanches, supostamente indicado ao cargo pelo Senador Fernando Collor de Mello.

Fernando Soares afirmou, ademais, que Nestor Cerveró confirmou *“que Paulo Panico era realmente operador do grupo político de Fernando Collor de Mello”* (fl. 955). O colaborador declarou que, após se negar a realizar o pagamento pedido por Paulo Panico, *“a empresa do depoente passou a ter algumas dificuldades na execução do referido contrato”* (fl. 955), razão pela qual procurou Panico para resolver a situação, comprometendo-se a repassar valores ao seu grupo político. Em seguida, Nestor Cerveró comentou com Fernando Soares um rumor de que teria havido um desentendimento entre Paulo Panico e o grupo político por ele representado sendo que, a partir de então, Fernando Soares foi procurado por Pedro Paulo Bergamaschi para que cumprisse o que havia sido anteriormente acordado. Veja-se, nesse ponto, o que consta do depoimento do colaborador (apenso 11, doc. 3):

“(…)

Que Pedro Paulo Leoni Ramos disse ao depoente que era ele quem havia substituído Paulo Panico e que ele (Pedro Paulo) passou a ser o operador do senador Fernando Collor de Mello na BR Distribuidora; Que Pedro Paulo Leoni Ramos confirmou ao depoente que as diretorias de Sanches e Zonis eram indicação de Fernando Collor de Mello, além da Presidência; (...) Que Pedro Paulo disse que já sabia que o depoente tinha ficado de acertar um pagamento em razão do contrato com a BR

INQ 3990 / DF

Distribuidora, em razão da ajuda do grupo político no desenrolar dos problemas surgidos; Que o depoente disse a Pedro Paulo que iria falar com seu sócio; (...) Que posteriormente Pedro Paulo Leoni Ramos ligou ao depoente e pediu para se encontrarem novamente no Copacabana Palace; Que acredita que este encontro ainda tenha sido em 2011; Que Pedro Paulo conversou com o depoente e disse que, embora compreendesse os motivos do depoente, ele (Pedro Paulo) precisava ‘mostrar serviço’ para o grupo político, pois ele estava chegando naquele momento; Que, então, após discutirem, se chegou ao valor de R\$ 1 milhão de reais a ser pago pelo depoente; Que ficaram de acertar a forma de operacionalização destes valores posteriormente, pois o depoente não tinha se programado para tal pagamento; (...) Que, então, os pagamentos se iniciaram, acreditando que ainda em 2011 ou início de 2012, e continuaram até 2012; Que todos os pagamentos foram operacionalizados por intermédio de Alberto Youssef; Que foi o próprio Pedro Paulo quem indicou Alberto Youssef para receber os valores que lhe eram devidos; Que os valores foram pagos em espécie, para emissários de Alberto Youssef, que retiraram os valores no escritório do depoente no Rio de Janeiro”.

Conquanto todos esses elementos apresentados pela denúncia não permitam concluir, desde logo, que os episódios de pagamento de vantagens indevidas a Pedro Paulo Bergamaschi tenham relação direta com os crimes imputados a Vander Luiz dos Santos Loubet, certamente servem como fortes indícios de que aquele agia, no âmbito da BR Distribuidora, como intermediário de parlamentares na percepção de vantagens indevidas pagas por pessoas jurídicas.

De outro lado, extrai-se também do material indiciário que Vander Luiz dos Santos Loubet recebeu, diretamente ou por meio de intermediários, valores de Alberto Youssef, por este repassados a pedido de Pedro Paulo Bergamaschi. Nessa direção, Alberto Youssef afirmou, no âmbito de colaboração premiada, que “*conhece o deputado Vander Luiz dos*

INQ 3990 / DF

Santos Loubet” e que, “questionado se já efetuou repasses para ele, disse que não por intermédio de Paulo Roberto Costa, mas alguma coisa foi entregue a algum emissário de Vander Loubet a pedido de Pedro Paulo Leoni” (fl. 71).

Tal assertiva não deve ser avaliada de modo isolado, mas sim, em conjunto com a afirmação de que Vander Luiz dos Santos Loubet agiu politicamente para a nomeação de Andurte Duarte Filho ao cargo de Diretor de Mercado Consumidor da BR Distribuidora. Nessa linha, o colaborador Nestor Cerveró relatou a ocorrência de reunião na qual teria ficado acertado que “*Andurte de Barros Duarte Filho, por meio da Diretoria de Mercado Consumidor, arrecadaria propina destinada à bancada do PT na Câmara dos Deputados, especialmente aos Deputados Federais Cândido Vacarezza, Vander Loubet, José Mentor, André Vargas e Jilmar Tatto*”, salientando que “*Vander Loubet tinha uma proximidade muito grande com Andurte de Barros Duarte Filho*” (apenso 11, doc. 3).

Destarte, ao menos para esta fase processual, encontram-se indícios satisfatórios da relação que justificaria o repasse de vantagens indevidas a Vander Luiz dos Santos Loubet no âmbito da BR Distribuidora.

12. Assenta a acusação que, para o recebimento dessas quantias, o parlamentar denunciado contou com o auxílio direto de sua esposa, Roseli da Cruz Loubet, de seu cunhado, Ademar Chagas da Cruz, e da sócia deste, Fabiane Karina Miranda Avanci.

Segundo consta da denúncia, o relacionamento entre Roseli da Cruz Loubet e Vander Luiz dos Santos Loubet não seria “*só conjugal, mas também financeiro*” (fl. 990), porquanto ela teria realizado doações eleitorais a seu esposo nas eleições de 2010, 2012 e 2014, consoante declarações prestadas à Justiça Eleitoral (apenso 15, doc. 9). Ademais, apuraram-se diversas operações financeiras entre eles, no período entre 2008 e 2014, verificadas após afastamento do sigilo bancário dos acusados deferido nos autos da Ac 3.895. Nesse intervalo, Vander Luiz dos Santos Loubet transferiu à conta de titularidade de sua esposa o montante total de R\$ 314.049,99 (trezentos e quatorze mil e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), enquanto o parlamentar foi beneficiário de transferências realizadas por Roseli Cruz Loubet no valor total de R\$

INQ 3990 / DF

293.530,00 (duzentos e noventa e três mil, quinhentos e trinta reais). No mesmo período, ocorreram transferências mútuas entre Ademar Chagas da Cruz e Roseli Cruz Loubet: esta recebeu quatro transferências que totalizaram R\$ 16.319,99 (dezesseis mil, trezentos e dezenove reais e noventa e nove centavos), enquanto em favor daquele foram transferidos R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) por meio de três operações.

Prossegue a peça acusatória, descrevendo a suposta participação de Roseli Cruz Loubet no recebimento de vantagens indevidas direcionadas a seu esposo, sustentando que, em 06.11.2013, Alberto Youssef, por ordem de Pedro Paulo Bergamaschi e através da Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., transferiu R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para Julio Hermes Nunes (fl. 29 do apenso 1) e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para Joel Lino Pereira (fl. 30 do apenso 1). Essas operações tinham por objetivo *“pagar dívida contraída por Roseli da Cruz Loubet, provavelmente para custear despesas de campanha de Vander Luiz dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande nas eleições de 2012, tendo o parlamentar encarregado Ademar Chagas da Cruz de pagar o empréstimo”* (fls. 1.010 e 1.012).

Indagado acerca da transferência, Julio Hermes Nunes afirmou que *“recebeu o montante em questão oriundo da esposa do senhor deputado Vander Loubet”,* a quem *“havia emprestado dinheiro (...) aproximadamente 15 (quinze) dias antes”* (fl. 559). Identificada nova transferência de R\$ 3.000,00 (três mil reais) de Roseli Loubet a Julio Hermes Nunes (apenso 14, doc. 8), afirma a acusação que *“provavelmente se trata do pagamento de juros pelo empréstimo em questão”* (fls. 1.011-1.012). Joel Lino Pereira também foi inquirido a respeito desses fatos, mas asseverou que *“sua esposa, Rosângela Mascoli Pereira, é quem administra/movimenta sua conta bancária”* (fl. 555). Rosângela Mascoli Pereira, por sua vez, ao ser perguntada *“a que título recebeu a transferência bancária cuja cópia segue anexa, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na data de 06/11/2013, respondeu que, semanas antes, a declarante havia emprestado aproximadamente R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) em espécie para Roseli, esposa do deputado Vander Loubet”* (fl. 557).

Nada obstante essas declarações, Ademar Chagas da Cruz, em

INQ 3990 / DF

depoimento, esclareceu que teria sido ele próprio o responsável por contrair empréstimos com Julio Hermes Nunes e Rosangela Mascoli Pereira, e que teria utilizado as quantias *“tanto para o pagamento de despesas pessoais como fornecedores de campanha”* (fl. 546). Os dados obtidos com o afastamento do sigilo bancário dos acusados (apenso 14, doc. 8) indicam, ainda, que Ademair Chagas da Cruz também teria interação financeira com Joel Lino Pereira, transferindo a ele, entre 2012 e 2014, o montante total de R\$ 11.225,50 (onze mil, duzentos e vinte e cinco mil reais e cinquenta centavos). A acusação assinala que *“a periodicidade e a identidade de alguns valores indica que se trata do pagamento de juros pelo empréstimo em questão”* (fl. 1.014). Há, portanto, indícios de que os valores espúrios repassados aos acusados a mando de Pedro Paulo Bergamaschi teriam sido, ao menos em parte, utilizados para custear despesas de campanha de Vander Luiz dos Santos Loubet.

13. Outros elementos que acompanham a denúncia apontam que o próprio Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet teria recebido, diretamente, valores oriundos do esquema de corrupção instaurado na BR Distribuidora. Com efeito, dados oriundos do afastamento do seu sigilo bancário indicam a existência de quatro transferências bancárias realizadas pela Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., em 08.08.2012, 23.10.2012, 27.11.2012 e 24.03.2014, nos montantes de, respectivamente, R\$ 1.000,00 (mil reais), R\$ 2.000,00 (dois mil reais), R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), amontando a R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais). É certo, e a defesa de vários acusados traz tal assertiva, que essa informação foi posteriormente retificada pelo Banco Bradesco, o qual atestou apenas a existência de depósitos em dinheiro realizados pelo próprio acusado Vander Luiz dos Santos Loubet. Todavia, causa estranheza que, conforme consta da Informação 088/2016 - SPEA/PGR (fls. 1.749-1.770), das 7.463 (sete mil quatrocentas e sessenta e três) transações bancárias repassadas pela instituição financeira, tenham sido retificadas justamente as 4 (quatro) operações destacadas pela denúncia. Trata-se, portanto, de questão que merece melhor esclarecimento na instrução probatória de

INQ 3990 / DF

ação penal.

De qualquer forma, ainda que considerado que tais valores sejam mesmo oriundos de depósitos em dinheiro, isso não afasta, por si só, a suposta ilicitude, uma vez que, consoante consta da denúncia, parcela das vantagens indevidas oriundas da BR Distribuidoras foram repassadas aos acusados por Alberto Youssef em dinheiro em espécie. Nessa linha, apurou-se, entre 2012 e 2014, em torno de 86 (oitenta e seis) depósitos *online* ou em dinheiro de valores inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou R\$ 100.000,00 (cem mil reais) realizados por Vander Luiz dos Santos Loubet, em datas próximas, em contas bancárias de sua titularidade, comportamento que indica possível fracionamento de valores com a intenção de burla aos mecanismos de fiscalização do COAF, de forma a ocultar e dissimular a origem e a natureza das quantias correspondentes. Esses depósitos alcançaram, no período em referência, o valor aproximado de R\$ 367.036,13 (trezentos e sessenta e sete mil e trinta e seis reais e treze centavos).

Ainda existe a Informação Policial 18/2015 revelando, por sua vez, evolução patrimonial e movimentação financeira incompatível com as rendas declaradas por Vander Luiz dos Santos Loubet, Roseli da Cruz Loubet e Ademar Chagas da Cruz; com relação ao parlamentar acusado, anotou-se que *“houve movimentação financeira a descoberto, ou seja, não justificada em todo o período analisado (2012 a 2014), nos montantes de R\$ 34.114,58 em 2012, R\$ 115.169,01 em 2013 e R\$ 2.495.901,11 em 2014”* (fl. 719). O perito também verificou *“patrimônio líquido a descoberto no ano de 2013, no valor de R\$ 30.950,70”* (fl. 720), além de destacar que, nesse mesmo ano, *“o investigado declarou possuir R\$ 182.000,00 (...) como ‘saldo caixa’, podendo significar dinheiro em espécie”* (fl. 720). Quanto à Roseli Loubet, identificou-se que *“houve movimentação financeira a descoberto, ou seja, não justificada nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 397.632,13 em 2012 e R\$ 324.954,29 em 2013”* (fl. 724), constatando-se em 2013 *“patrimônio líquido a descoberto (...) no valor de R\$ 5.160,86”* (fl. 725). Nesse mesmo ano a denunciada *“declarou possuir R\$ 175.000,00 como ‘saldo caixa’ (...), podendo significar dinheiro em espécie”* (fl. 725).

INQ 3990 / DF

É lógico que o acerto dessas conclusões constantes da Informação Policial 18/2015 deve ser melhor averiguado no decorrer da instrução probatória de eventual ação penal, no qual serão elas confrontadas com as conclusões do parecer técnico juntado aos autos por Vander Luiz dos Santos Loubet (fls. 1.298-1.330).

14. O Ministério Público também alega que Ademar Chagas da Cruz e sua sócia, Fabiane Karina Miranda Avanci, receberam valores oriundos do esquema de corrupção da BR Distribuidora. Assinala-se que Ademar Chagas da Cruz, além de cunhado de Vander Luiz dos Santos Loubet, seria também seu advogado, representando-o em processos eleitorais, formando com seu irmão, Vivaldo Chagas da Cruz, o escritório Chagas e Cruz Advocacia, no qual trabalhava Fabiane Karina Miranda Avanci. Posteriormente, Ademar Chagas da Cruz associou-se à Fabiane Karina Miranda Avanci, constituindo o escritório Chagas Advogados Associados. Além de atuar como advogado de Vander Luiz dos Santos Loubet, Ademar Chagas da Cruz seria *“uma espécie de ‘caixa de campanha’ do parlamentar (...), manipulando muitas vezes valores de origem ilícita”* (fl. 977).

A denúncia ressalta, nesse ponto, declarações prestadas por Vander Luiz dos Santos Loubet à Justiça Eleitoral, relativamente às contas das eleições de 2010 e 2012, de pagamentos realizados aos escritórios Chagas e Cruz Advocacia (nos valores de R\$ 170.482,85 e R\$ 119.517,15) e Chagas Advogados Associados (no montante de R\$ 55.000,00), respectivamente (apenso 15). Deferido o afastamento do sigilo bancário dos envolvidos, identificaram-se operações financeiras realizadas diretamente entre eles que amontaram a R\$ 44.550,00 (quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais) entre os anos de 2008 e 2013 (apenso 14, doc. 8). Ademais, segundo Fabiane Karina Miranda Avanci, em período eleitoral, Vander Loubet comparecia ao escritório de Ademar Chagas da Cruz com frequência quinzenal (fl. 406).

Destaca a acusação também a relação próxima entre Ademar Chagas da Cruz e Pedro Paulo Bergamaschi, o qual afirmou, em depoimento (fl. 399):

“(...)”

Que conhece Ademar Chagas da Cruz, da época em que

INQ 3990 / DF

mantinha o projeto da Extra Bioenergia; Que Ademar prestava um suporte pessoal e jurídico ao declarante quando de suas ‘andanças’ pelo Mato Grosso do Sul, tendo se tornado seu amigo pessoal; Que acredita que não tenha constituído formalmente Ademar Chagas da Cruz em qualquer processo, não tendo lhe outorgado poderes específicos; Que o trabalho realizado por Ademar para o declarante se dava em nível de consultoria; Que nunca remunerou Ademar por esse apoio que lhe era fornecido”.

Há registros de entrada de Ademar Chagas da Cruz na BR Distribuidora, nos dias 13.02.2014 e 02.07.2014 (fls. 498 e 502); o primeiro deles coincide com a data na qual Vander Luiz dos Santos Loubet visitou a sede da empresa (fl. 493), quando ambos se reuniram com Andurte Duarte Filho. A justificativa de Ademar Chagas da Cruz de que as visitas diziam respeito a um pedido de patrocínio realizado à BR Distribuidora mostra-se frágil nesta etapa processual, até porque não exsurge estreme de dúvidas a partir dos documentos produzidos pelo acusado.

Outrossim, foi constatada a existência de quatro registros de entrada de Ademar Chagas da Cruz no escritório de Alberto Youssef na GFD Investimentos Ltda., nos anos de 2013 e 2014 (fl. 439). Em depoimento, Alberto Youssef revelou que Ademar Chagas da Cruz foi ao local para retirar valores em espécie destinados a Vander Luiz dos Santos Loubet, a ele repassados a pedido de Pedro Paulo Bergamaschi. O colaborador relatou, como já dito anteriormente, também entregas de numerário supostamente realizadas por Rafael Ângulo Lopez no escritório de advocacia de Ademar Chagas da Cruz (fls. 71-72):

“(…)

Que conhece o deputado Vander Luiz dos Santos Loubet; Que, questionado se já efetuou repasses para ele, disse que não por intermédio de Paulo Roberto Costa, mas alguma coisa foi entregue a algum emissário de Vander Loubet a pedido do Pedro Paulo Leoni; Que não se recorda se foi época de campanha e nem se recorda do valor; Que este valor foi retirado

INQ 3990 / DF

na GFD e, salvo engano, Rafael Ângulo também foi a Campo Grande entregar algum valor em um escritório de advocacia a pedido do Pedro Paulo Leonidas; Que Pedro Paulo foi quem determinou a entrega de valores a este Deputado Vander Loubet, mas que não tem conhecimento da relação entre ambos; Que o emissário que foi na GFD era um advogado e é mesmo proprietário do escritório no qual Rafael Ângulo fez a entrega em Campo Grande; (...) Que Ademar é o advogado mencionado acima, que foi na GFD buscar os valores; (...) Que questionado se a pessoa de nome Ademar seria Ademar Chagas da Cruz, que esteve na GFD no dia 13 de janeiro de 2014, e no dia 23 de janeiro de 2014, segundo registros de acesso da portaria, o declarante confirma que se trata realmente desta pessoa; Que os valores que o Pedro Paulo pediu para o declarante repassar a Ademar foram entregues entre dezembro de 2013 e janeiro 2014; Que mostrada a foto do cadastro nacional de advogados da OAB referente ao advogado Ademar Chagas da Cruz, OAB 13938, o declarante o reconhece como sendo a pessoa acima mencionada; Que questionado por qual motivo Ademar esteve duas vezes na GFD, o declarante não se recorda o motivo, mas acredita que a primeira vez, foi para combinar a entrega e a segunda para retirar os valores em espécie; Que foi o próprio declarante quem entregou os valores a Ademar”.

A entrega de valores em espécie no escritório de advocacia de Ademar Chagas da Cruz ainda é confirmada pelo colaborador Rafael Ângulo Lopez, o qual afirmou que as quantias teriam sido recebidas por Fabiane Karina Miranda Avanci (fls. 312-313):

“(…)

Que foi duas vezes para Campo Grande/MS, em 2012 e/ou 2013, a mando de Alberto Youssef, por voos domésticos, em uma casa procurar um advogado; (...) Que não foi recebido pelo advogado indicado pelo Youssef, mas por uma advogada, que aparentava ter cerca de trinta anos; Que indagada se o nome era Fabiane, respondeu que sim; Que indagado se poderia ser a

INQ 3990 / DF

advogada Fabiane Karina Miranda Avanci, que em pesquisa se verificou trabalhar junto com Ademar Chagas da Cruz, respondeu que pode ser; Que nas duas oportunidades entregou os valores em espécie para a referida advogada; Que na primeira vez, levou entre cento e cinquenta e duzentos mil reais; Que na segunda vez levou duzentos mil reais, ela conferiu os valores, tendo demorado bastante; Que não sabe quem era o destinatário final dessas entregas; Que mostrada a imagem da casa situada na Av. Raul Pires Barbosa, 1086, Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS, na qual consta o registro na OAB/MS de Fabiane Karina Miranda Avanci reconheceu com certeza como sendo a casa na qual compareceu para a entrega dos valores mencionada acima”.

Segundo a Informação 007/2015, o endereço indicado por Rafael Ângulo Lopez corresponde ao local em que funcionava o escritório Chagas Advogados S/S, dos quais seriam sócios Ademar Chagas da Cruz e Fabiane Karina Miranda Avanci. Informa-se, ademais, que Rafael Ângulo Lopez realizou viagem a Campo Grande em 23.01.2014, retornando a São Paulo em 24.01.2014, o que indica *“que foi ao destino apenas para entregar valores em espécie, retornando logo em seguida”* (fl. 982).

Além das entregas de dinheiro em espécie, Alberto Youssef também efetivou, a pedido de Pedro Paulo Bergamaschi, transferências bancárias a terceiros com a finalidade de pagar dívidas de Vander Luiz dos Santos Loubet e Ademar Chagas da Cruz. Nessa linha, em 6.11.2013, Youssef, agindo por meio da Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., transferiu R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para a Pereira e Moura Ltda. (fl. 33 do apenso 1), com a suposta finalidade de *“pagar dívidas de campanha de Vander Luiz dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande nas eleições de 2012, as quais haviam sido contraídas por Ademar Chagas da Cruz”* (fl. 982). Consoante Informação Policial de fls. 633-644, a pessoa jurídica Pereira e Moura Ltda. tem como sócios Irene Carolina Pereira de Oliveira Moura e Flávio Pereira Moura, esposa e filho, respectivamente, do Deputado Estadual José Almi Pereira Moura, filiado ao PT/MS e aliado político de Vander Luiz dos Santos Loubet. Em

INQ 3990 / DF

depoimento prestado à Polícia Federal, Meire Bonfim da Silva Poza - responsável pela Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. - afirmou que foi procurada por um advogado que lhe informou que a transferência em questão visava sanar dívida de Vander Luiz dos Santos Loubet com seu cliente, *“um Deputado Estadual em Mato Grosso do Sul, dono da empresa Pereira e Moura”*. Confira-se (fl. 634):

“(…)

Que na quarta-feira, dia 13/05/2015, por volta das 13hs, o advogado Tercio Albuquerque, foi ao escritório da declarante, situado na Avenida Santo Amaro, n. 298, cj. 03, Vila Nova Conceição, nesta Capital, tendo informado que o cliente dele, um Deputado Estadual em Mato Grosso do Sul, dono da empresa Pereira e Moura, seria ouvido em um inquérito policial na Polícia Federal no Paraná, no dia 14/05/2015, pelo Delegado de Polícia Federal Marcio Anselmo, acerca de uma TED efetuada pela empresa Arbor Consultoria e Assessoria Contábil, em 2013, no valor de R\$ 130.000,00, em favor da conta do cliente de Tercio Albuquerque; Que Tercio Albuquerque lhe disse que o ‘pessoa do Ceará’ estava sugerindo que declarasse, caso perguntada em audiência policial ou em juízo, que a TED se referia a uma compra de um pacote turístico, pois a empresa Pereira e Moura era ligada à área de turismo; Que estavam presentes e ouviram a conversa, o cliente Matheus de Oliveira Santos, e seus funcionários Priscila Carvalho o Marcelo Ananias Notaro; Que compreendeu que as ‘pessoas do Ceará’ a que ele se referiu eram do Grande Moinho Cearense, uma vez que a origem do TED foi o recebimento de R\$ 626.000,00 da conta do Grande Moinho Cearense, a pedido de Alberto Youssef, que a remunerou ela transação com 10% sobre o valor da TED recebida em sua conta; Que Tercio Albuquerque lhe disse que o cliente dele emprestou cento e trinta mil reais ao Deputado Federal Vander Louibet; Que Vander Loubet pagou o empréstimo com os recursos recebidos pela TED originado da empresa Arbor, da depoente”.

INQ 3990 / DF

A alegação de Flávio Pereira Moura, em depoimento prestado à autoridade policial, de que acredita que a transferência em questão “*se deu em função do empréstimo feito pelo declarante ao cabo da polícia militar Luis Félix da Silva*” (fl. 568), já falecido, não é suficiente, nesta fase de recebimento de denúncia, para rechaçar as imputações feitas pela acusação com base em depoimento de Meire Bonfim da Silva Poza e no relacionamento político existente entre Vander Luiz dos Santos Loubet e o Deputado Estadual José Almi Pereira Moura.

Também em 06.11.2013, Alberto Youssef operacionalizou, a mando de Pedro Paulo Bergamaschi, a transferência de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. a Acorde Produções de Audiovisuais Ltda. (fl. 32 do apenso 1), com objetivo de pagar despesa de campanha de Vander Luiz dos Santos Loubet nas eleições de 2012, da qual esta empresa foi fornecedora, conforme se extrai de declarações prestadas pelo parlamentar à Justiça Eleitoral (apenso 15) e pela própria Acorde Produções de Audiovisuais Ltda. (fls. 666-692).

Em 23.12.2013, Alberto Youssef, mais uma vez seguindo ordens de Pedro Paulo Bergamaschi, repassou o montante de R\$ 342.366,00 (trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais) para Alexandre Frozino Ribeiro, conforme extrato bancário apresentado pelo próprio beneficiário (fl. 454). Indagado acerca desses depósitos, Alexandre Frozino Ribeiro aduziu que se tratava do pagamento de dívida de Ademar Chagas da Cruz (fls. 448-452). Mensagens de BBM trocadas entre Ademar Chagas da Cruz e Alberto Youssef, acerca das transferências a Alexandre Frozino Ribeiro, mencionam um “*café da manhã*” com a “*Dra. Fabiane*”, o que, segundo a acusação, indica participação direta da codenunciada Fabiane Miranda Avanci nesses fatos (fls. 7-8 do apenso 2). Constatou-se, além disso, a realização de três depósitos de R\$ 3.000,00 a Alexandre Frozino Ribeiro por Vander Luiz dos Santos Loubet (apenso 14, doc. 8), valores que devem se tratar de juros pelo empréstimo contraído (fl. 989).

Convém frisar que a Informação Policial 18/2015 destaca movimentação financeira a descoberto de Ademar Chagas da Cruz, “*nos*

INQ 3990 / DF

*montantes de R\$ 459.462,03 em 2012 e R\$ 415.256,89 em 2013” (fl. 730). O laudo indica que a movimentação financeira a descoberto no ano de 2012 pode ter sido ainda maior, porquanto, embora Ademar Chagas da Cruz tenha declarado, nesse ano, o valor de R\$ 369.385,00 (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais) a título de lucros e dividendos provenientes da Chagas Advogados S/S, a declaração de Imposto de Renda dessa pessoa jurídica atesta que “*não foram distribuídos lucros ou dividendos e nem foram pagos rendimentos ou remunerações no período*” (fl. 731). O perito da Polícia Federal verificou, ainda, quantias relativamente altas declaradas como “caixa”, “*possivelmente dinheiro depositado na Caixa Econômica Federal ou mesmo dinheiro em espécie, na ordem de R\$ 250.000,00 em 2011, R\$ 300.000,00 em 2012 e R\$ 320.000,00 em 2013*” (fl. 733). Os valores, conforme destacado no laudo, “*se mostraram significativos frente ao patrimônio líquido do investigado (R\$ 771.737,42 em 2012 e R\$ 1.009.205,99 em 2013)*” (fl. 733).*

15. Todos esses elementos que foram individualizados demonstram o possível envolvimento do Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet, seu cunhado Ademar Chagas da Cruz e Pedro Paulo Bergamaschi, na prática de crimes de corrupção passiva no âmbito da BR Distribuidora, com subsequente execução, em tese, de atos de lavagem de dinheiro, objetivando a ocultação e dissimulação da origem e natureza dos valores indevidos recebidos por eles.

De fato, da prova indiciária conclui-se que Alberto Youssef administrava, para Pedro Paulo Bergamaschi, capital em grande parte formado por vantagens indevidas pagas por pessoas jurídicas com interesses em contratos da BR Distribuidora, descrito pela acusação como uma espécie de “*banco ou caixa de propina*” (fl. 959). Segundo os autos, parte desses valores era repassada, a mando do denunciado Pedro Paulo Bergamaschi, ao acusado Vander Luiz dos Santos Loubet, o qual, por sua vez, contou com o auxílio direto e imprescindível de Ademar Chagas da Cruz para o recebimento dessas vantagens.

Portanto, as condutas imputadas a esses acusados configuram, em tese, delitos de corrupção passiva majorada (art. 317, § 1º, do Código

INQ 3990 / DF

Penal) e lavagem de dinheiro majorada (art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998), merecendo recebimento da denúncia nesse particular.

O fato de o Procurador-Geral da República argumentar, em denúncia oferecida nos autos do Inquérito 4.112 contra o Senador Fernando Collor de Mello e outros, que as vantagens indevidas pagas nos episódios envolvendo a DVBR - Derivados do Brasil, a UTC Engenharia S/A e a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. foram integralmente revertidas em favor desse parlamentar não é suficiente, neste momento processual, para que se conclua pela improcedência das imputações realizadas nesses autos. Conforme já afirmado, há, nos autos, indícios suficientes de que Vander Luiz dos Santos Loubet, além de participar na indicação política de Andurte de Barros Duarte Filho à Diretoria de Mercado Consumidor, recebeu, direta ou indiretamente, vantagens indevidas a ele repassadas a mando de Pedro Paulo Bergamaschi, o qual, por sua vez, tinha posição de destaque no esquema de corrupção instaurado no âmbito da BR Distribuidora.

Ademais, os acusados veiculam, nas respostas à acusação, uma série de alegações cujo exame se mostra ínsito ao julgamento de mérito da ação penal, após devidamente instruída. Nessa linha, não cabe, agora, analisar se o numerário entregue, a mando de Pedro Paulo Bergamaschi, no escritório de Ademar Chagas da Cruz, foi objeto de negócio lícito realizado entre eles ou se originaram de crimes de corrupção passiva cometidos na BR Distribuidora. Do mesmo modo, é inviável perquirir, nesse momento, se Vander Loubet tinha conhecimento das operações financeiras realizadas por Alberto Youssef a mando de Pedro Paulo Bergamaschi, já que os indícios apresentados pelo Ministério Público apontam que elas tinham, como beneficiário último, o parlamentar.

De outro lado, o argumento de Vander Luiz dos Santos Loubet de que Paulo Roberto Costa teria negado, em depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, conhecer qualquer irregularidade envolvendo o parlamentar, é por ora de menor relevância, porquanto, como já destacado, o colaborador Alberto Youssef afirmou ter repassado valores ilícitos a Vander Loubet a pedido de Pedro Paulo

INQ 3990 / DF

Bergamaschi, e não de Paulo Roberto Costa (fl. 71).

16. A acusação também procede, nesta fase, quanto a indícios de que Vander Luiz dos Santos Loubet e Ademar Chagas da Cruz praticaram, em tese, o crime de integrar organização criminosa (art. 2º, § 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013). Esses denunciados, por intermédio de Pedro Paulo Bergamaschi, associaram-se a diversas outras pessoas para a prática permanente e reiterada de crimes de corrupção passiva no âmbito da BR Distribuidora e de lavagem de dinheiro, sendo que toda estrutura criminosa, consoante se extrai dos elementos apresentados, foi arquitetada com o objetivo primário de repassar, ao Senador Fernando Collor de Mello, vantagens indevidas pagas no âmbito das diretorias que, supostamente, estariam submetidas ao controle político desse parlamentar. Esses fatos, como já ressaltado, encontram-se denunciados no INQ 4.112.

Entretanto, em razão da divisão política a que teria sido submetida a sociedade de economia mista - com diretorias entregues ao domínio da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, em especial de Vander Luiz dos Santos Loubet e outros parlamentares -, a mesma estrutura criminosa já estabelecida na BR Distribuidora foi empregada para a percepção de vantagens indevidas mediante formas de ocultação e dissimulação da origem e natureza dos valores correspondentes, com a autuação direta, repita-se, ao menos na condição de partícipe, de Ademar Chagas da Cruz, representante do deputado federal denunciado perante Pedro Paulo Bergamaschi e Alberto Youssef.

A forma sob a qual se associaram os acusados possui nítidos contornos de organização criminosa, nos termos definidos pelo art. 1º, § 1º, da Lei 12.850/2013. Com efeito, tratava-se de associação de mais de 4 (quatro) pessoas - além de Vander Luiz dos Santos Loubet, Ademar Chagas da Cruz e Pedro Paulo Bergamaschi, integravam-na, segundo apontam os indícios, Alberto Youssef, Fernando Affonso Collor de Mello, Rafael Ângulo Lopez, - e com evidente finalidade da prática reiterada de diversos crimes, em especial de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, cujas penas máximas cominadas, em ambos os casos, são

INQ 3990 / DF

superiores a 4 (quatro) anos.

O Ministério Público também teve êxito em demonstrar, ao menos de forma indiciária, a existência de divisão de tarefas entre os membros da organização, identificando os responsáveis pela manutenção política de diretores na BR Distribuidora, desempenhada, precipuamente, pelo Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello e pelo Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet; pela operacionalização das vantagens indevidas pagas no âmbito da sociedade de economia mista, eram encarregados Alberto Youssef e Pedro Paulo Bergamaschi. A Ademar Chagas da Cruz, ademais, cabia auxiliar Vander Luiz dos Santos Loubet no recebimento dos valores espúrios pagos, os quais eram, em sua maior parte, revertidos em favor do deputado federal. A prática dos fatos criminosos estendeu-se, ademais, pelos anos de 2012, 2013 e 2014, evidenciando, também, a estabilidade e permanência da organização criminosa.

O delito de organização criminosa não pode, contudo, ser imputado a Pedro Paulo Bergamaschi nestes autos, porque já é ele denunciado pelo mesmo crime no âmbito do INQ 4.112, em que também é acusado o Senador Fernando Affonso Collor de Mello. O próprio Procurador-Geral da República, na exordial deste processo, afirma que Vander Loubet e Fernando Collor de Mello integravam, em tese, uma mesma organização criminosa, da qual participava também Bergamaschi. Confira-se, a propósito, o seguinte trecho da denúncia (fl. 910):

“(…)

O conjunto de ajudantes do Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet era distinto do bando de asseclas do Senador Fernando Affonso Collor de Mello, mas os dois grupos agiam de modo conexo, principalmente por meio de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Alberto Youssef, acabando por formar uma grande, complexa e estruturada quadrilha”.

Vê-se que o próprio Ministério Público sustenta que os grupos de

INQ 3990 / DF

Fernando Affonso Collor de Mello e Vander Luiz dos Santos Loubet formavam uma *“grande, complexa e estruturada quadrilha”*.

Desse modo, afigura-se claro que foram oferecidas duas denúncias contra Pedro Paulo Bergamaschi imputando-lhe o crime do art. 2º, § 3º e 4º, II, da Lei 12.850/2013 pelo mesmo fato: integrar organização criminosa que atuava, em tese, na BR Distribuidora e que contava com a participação dos parlamentares Fernando Affonso Collor de Mello e Vander Luiz dos Santos Loubet. Como Pedro Paulo Bergamaschi já foi denunciado no INQ 4.112 em 20.08.2015, a oferta de nova denúncia pela mesma conduta em 18.12.2015 configura evidente ofensa ao princípio do *ne bis in idem*, impondo-se a rejeição da exordial nesse ponto. Em sentido semelhante, confira-se: HC 69.615, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, DJ de 19.02.1993.

17. Por fim, afigura-se a ausência de justa causa para a ação penal com relação a Fabiane Karina Miranda Avanci e Roseli da Cruz Loubet.

Com efeito, a acusação, a par da declaração do colaborador Rafael Ângulo Lopez, de que a denunciada Fabiane Avanci pode ter sido a pessoa que recebeu duas entregas de dinheiro em espécie em escritório de advocacia, imputa-lhe a prática de 11 (onze) crimes de corrupção passiva e de 5 (cinco) crimes de lavagem de dinheiro, mais o delito de integrar organização criminosa, todos na forma do art. 29 e art. 69 do Código Penal. A acusada, por sua vez, afirmou não conhecer o colaborador e negou *“ter recebido valores em espécie na ordem de R\$ 200.000,00 da pessoa de Rafael Ângulo Lopes”* (fl. 406).

Não há indícios de autoria suficientes para que se atribua a Fabiane Miranda Avanci a prática das infrações penais arroladas na denúncia. Não se discute, aqui, que o depoimento de colaborador seja suficiente, nesta fase procedimental, para ensejar o recebimento da denúncia. Entretanto, não se pode desconsiderar que Rafael Ângulo Lopez sequer conferiu certeza à afirmação de que foi Fabiane Miranda Avanci a pessoa que recebeu o numerário por ele entregue no escritório de Ademar Chagas da Cruz. Espontaneamente, o colaborador asseverou apenas que entregara os valores a *“uma advogada, que aparentava ter cerca de trinta anos”*

INQ 3990 / DF

(fl. 312); indagado, pela autoridade policial, se seu nome era Fabiane, afirmou que sim; questionado se podia ser Fabiane Miranda Avanci, disse que “*pode ser*” (fl. 313).

Essa mera alegação não basta para embasar as imputações feitas pela denúncia. O único outro indício apontado pela acusação contra Fabiane Miranda Avanci também é inegavelmente insuficiente para o recebimento da exordial. Trata-se de mensagens de BBM trocadas entre Alberto Youssef e Ademar Chagas da Cruz acerca de “*um café da manha com dr fabiana*” (fl. 987) o qual, segundo indicam as próprias mensagens interceptadas, não teria ocorrido.

Destarte, a imputação dos crimes de corrupção passiva à defendente é particularmente frágil, porquanto a exordial acusatória nem mesmo sustenta que ela tinha ciência dos atos de corrupção em tese praticados, não demonstrando, sequer de forma indiciária, qualquer liame subjetivo entre ela e os demais denunciados. Na mesma linha, não há como atribuir à denunciada a prática de lavagem de dinheiro se a acusação nem mesmo alega que ela tinha conhecimento da origem ilícita dos valores em espécie supostamente recebidos, nem indica a destinação por ela dada ao numerário.

Conclusão idêntica deve ser dada quanto à denunciada Roseli Loubet, pois também não há indícios de autoria que permitam imputar a ela os crimes de corrupção passiva majorada, lavagem de dinheiro majorada ou integração de organização criminosa majorada. Em relação à acusada, a peça exordial encontra-se fundada, essencialmente, em dois elementos: (a) transações bancárias mútuas entre ela, Vander Loubet e Ademar Chagas da Cruz; e (b) empréstimos por ela contraídos e supostamente quitados por Alberto Youssef, por meio da Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. Entretanto, constata-se que o primeiro elemento, ainda que interpretado no contexto delineado pela exordial, não é hábil a demonstrar a prática de ilícito penal. Os dados bancários destacados pela denúncia apenas comprovam a realização de transferências bancárias entre cônjuges (Roseli e Vander Loubet) e entre irmãos (Roseli Loubet e Ademar Chagas da Cruz), até porque sequer se

INQ 3990 / DF

alega, na denúncia, a origem ilícita dos valores correspondentes. O próprio Ministério Público afirma que essa interação financeira “*não foi objeto específico de imputação de crime, tendo sido mencionada na denúncia apenas para contextualizar os fatos e demonstrar que efetivamente existem transferências de recursos entre ela [Roseli Loubet] e seu marido*” (fls. 1.740-1.741).

A quitação, por Alberto Youssef, de empréstimos contraídos por Roseli Loubet tampouco se mostra suficiente para ensejar o recebimento da exordial acusatória. A própria denúncia afirma que a dívida teria sido contraída “*provavelmente para custear despesas de campanha de Vander Luis dos Santos Loubet à Prefeitura Municipal de Campo Grande nas eleições de 2012*” (fls. 1.010 e 1.012). Além disso, Ademar Chagas da Cruz sustentou, em depoimento, que teria sido ele próprio o responsável por contrair empréstimos com Julio Hermes Nunes e Rosangela Mascoli Pereira (fl. 546). A incompatibilidade entre a movimentação financeira de Roseli Loubet e seus rendimentos declarados, bem como variação patrimonial a descoberto da acusada (fls. 723-729), também não basta para embasar essa denúncia. Encontram-se ausentes, portanto, quanto à Roseli Cruz Loubet, os indícios de autoria delitiva necessários ao recebimento dessa denúncia.

18. No mais, as controvérsias relativas à existência de crime único, concurso formal ou concurso material entre os delitos, assim como o concurso material entre as diversas lavagens de dinheiro apontadas na denúncia, dizem respeito ao julgamento de mérito da ação penal. É na sentença o momento adequado para se dar definição jurídica a tudo o quanto apurado e comprovado durante a instrução criminal. Consoante entendimento tradicional e consagrado, tanto na jurisprudência do STJ (RHC 27.628/GO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 13.11.2012, DJe 03.12.2012) quanto na desta Corte:

“Não é lícito ao Juiz, no ato de recebimento da denúncia, quando faz apenas juízo de admissibilidade da acusação, conferir definição jurídica aos fatos narrados na peça acusatória. Poderá fazê-lo adequadamente no momento da prolação da sentença, ocasião em que poderá haver a emendatio

INQ 3990 / DF

libelli ou a mutatio libelli, se a instrução criminal assim o indicar” (HC 87.324, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 10.04.2007, DJ 18.05.2007).

Nunca é demais recordar, portanto, que a fase processual do recebimento da denúncia é juízo de delibação, jamais de cognição exauriente. Desse modo, não se pode confundir os requisitos para o recebimento da denúncia, delineados no art. 41 do Código de Processo Penal, com o juízo de procedência da imputação criminal, como tradicionalmente adverte a jurisprudência pacífica desta Corte (INQ 2984, Rel. Min. Gilmar Mendes, Pleno, DJe de 23.9.2013). Nessa linha, nada mais cabe ao julgador, além de verificar a existência de lastro probatório mínimo a embasar a peça acusatória, que apurar a presença dos requisitos necessários para o recebimento, ou não, da denúncia.

Outrossim, o argumento de que o recebimento de valores de forma dissimulada e mediante artifícios constitui exaurimento do delito de corrupção passiva - e não crime autônomo de lavagem de dinheiro -, tal como decidido na Ap 470 em relação ao réu João Paulo Cunha -, é matéria, igualmente, a ser dirimida no final da ação penal. Embora tal entendimento tenha sido bem empregado no referido precedente, não se pode, desde logo, dar-lhe o mesmo efeito para afirmar a atipicidade das condutas narradas pelo Ministério Público na denúncia que ora se examina.

19. Cabe ressaltar, por fim, que, ao contrário do que sustentam os acusados, a denúncia não está amparada apenas em depoimentos prestados em colaboração premiada. Como já consignado, há inúmeros outros indícios que reforçam as declarações prestadas pelos colaboradores, tais como dados telemáticos e bancários, depoimentos, informações policiais e documentos, o que basta neste momento de cognição sumária, em que não se exige juízo de certeza acerca de culpa.

Convém mencionar, nesse contexto, que há entendimento nesta Corte, revelado pelo Ministro MARCO AURÉLIO, no sentido de que “o objeto da delação premiada não serve, por si só, à condenação. Serve, em termos de indícios de autoria, ao recebimento da denúncia” (INQ 3.983, Rel. Min.

INQ 3990 / DF

TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 12.05.2016, pág. 175). Nesse mesmo julgamento, o Ministro CELSO DE MELLO também pontuou que o depoimento prestado no âmbito de colaboração premiada constitui, por si só, elemento indiciário suficiente ao recebimento de denúncia, mas não é apto, como elemento único, para sustentar eventual sentença condenatória, nos termos da Lei 12.850/2013, que expressamente dispõe: *“nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”* (art. 4º, § 16). Naquele julgado, Sua Excelência, decano desta Corte, assinalou o seguinte:

“(…)

Tem razão Vossa Excelência, Ministro MARCO AURÉLIO, pois, como se sabe, o Supremo Tribunal Federal tem admitido a utilização do instituto da colaboração premiada (cujo ‘nomen juris’ anterior era o de delação premiada), ressaltando, no entanto, bem antes do advento da Lei nº 12.850/2013 (art. 4º, § 16), que nenhuma condenação penal poderá ter por único fundamento as declarações do agente colaborador (HC 75.226/MS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – HC 94.034/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – RE 213.937/PA, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, v.g.).

O aspecto que venho de ressaltar - impossibilidade de condenação penal com suporte unicamente em depoimento prestado pelo agente colaborador, tal como acentua a doutrina (EDUARDO ARAÚJO DA SILVA, ‘Organizações Criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13’, p. 71/74, item n. 3.6, 2014, Atlas, v.g.) - constitui importante limitação de ordem jurídica que, incidindo sobre os poderes do Estado, objetiva impedir que falsas imputações dirigidas a terceiros ‘sob pretexto de colaboração com a Justiça’ possam provocar inaceitáveis erros judiciais, com injustas condenações de pessoas inocentes.

Na realidade, o regime de colaboração premiada, definido pela Lei nº 12.850/2013, estabelece mecanismos destinados a obstar abusos que possam ser cometidos por intermédio da ilícita utilização desse instituto, tanto que, além da expressa

INQ 3990 / DF

vedação já referida ('lex. cit.', art. 4º, § 16), o diploma legislativo em questão também pune como crime, com pena de 1 a 4 anos de prisão e multa, a conduta de quem imputa 'falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente' ou daquele que revela "informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas' (art. 19).

Com tais providências, tal como pude acentuar em decisão proferida na Pet 5.700/DF, de que fui Relator, o legislador brasileiro procurou neutralizar, em favor de quem sofre a imputação emanada de agente colaborador, os mesmos efeitos perversos da denúncia caluniosa revelados, na experiência italiana, pelo 'Caso Enzo Tortora' (na década de 80), de que resultou clamoroso erro judiciário, porque se tratava de pessoa inocente, injustamente delatada por membros de uma organização criminosa napolitana ('Nuova Camorra Organizzata') que, a pretexto de cooperarem com a Justiça (e de, assim, obterem os benefícios legais correspondentes), falsamente incriminaram Enzo Tortora, então conhecido apresentador de programa de sucesso na RAI ('Portobello').

Registre-se, de outro lado, por necessário, que o Estado não poderá utilizar-se da denominada 'corroboração recíproca ou cruzada', ou seja, também não poderá impor condenação ao réu pelo fato de contra este existir, unicamente, depoimento de agente colaborador que tenha sido confirmado, tão somente, por outros delatores, [...].

[...]

Pareceu-me relevante destacar os aspectos que venho de referir, pois, embora os elementos de informação prestados pelo agente colaborador possam justificar a válida formulação de acusação penal, não podem, contudo, legitimar decreto de condenação criminal, eis que incumbe ao Ministério Público o ônus substancial da prova concernente à autoria e à materialidade do fato delituoso" (grifei).

20. Ante o exposto: a) nego provimento aos agravos regimentais

INQ 3990 / DF

interpostos por Vander Luiz dos Santos Loubet e Ademar Chagas da Cruz; b) por preenchidos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, **recebo a denúncia**, nos termos da fundamentação acima, com relação aos acusados Vander Luiz dos Santos Loubet, Ademar Chagas da Cruz e Pedro Paulo Bergamaschi Leoni Ramos, para este excluída a acusação quanto ao delito de integrar organização criminosa; c) **rejeito a peça acusatória** no que diz respeito às imputações feitas às acusadas Fabiane Karina Miranda Avanci e Roseli da Cruz Loubet, nos termos do art. 6º da Lei 8.038/1990 e com fundamentado no art. 395, III, do Código de Processo Penal.

É como voto.

14/03/2017

SEGUNDA TURMA

INQUÉRITO 3.990 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Senhor Presidente, eu acompanho, em tudo, o proficiente voto proferido pelo eminente Relator. Dado o adiantado da hora, não vou fazer maiores considerações.

Só gostaria de me associar à homenagem feita ao eminente jurista Dr. **Arnaldo Malheiros**, brilhante advogado, brilhante causídico. E, ao fazer essa homenagem, alerto só para um ponto, o qual, inclusive, mostra a total lealdade processual da defesa, porque da autuação ainda consta o nome de **Arnaldo Malheiros**. Ou seja, as intimações foram feitas em nome do Dr. **Arnaldo** e, mesmo assim, a defesa compareceu aqui por intermédio do brilhante, sempre Ministro da Justiça e advogado José Carlos Dias. Associando-me a essa homenagem, faço essa observação para propor a reautuação - vai surgir um acórdão, vai haver a sua intimação -, para que conste, então, o nome do atual advogado.

Acompanho o Relator.

14/03/2017**SEGUNDA TURMA****INQUÉRITO 3.990 DISTRITO FEDERAL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, eu também cumprimento o eminente Relator pelo cuidado que teve ao formular o seu voto. Eu entendo, tal como Sua Excelência, que os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal estão plenamente cumpridos. Verifico também que a denúncia não está lastreada apenas na palavra dos delatores, mas também em outros indícios de natureza material, todos eles obtidos mediante autorização judicial, o que é muito importante. Verifico também um dado que não pode passar em branco aos julgadores do Supremo Tribunal Federal, que é, justamente - e isso causa espécie -, o trânsito de montantes expressivos em espécie, quando se sabe que o homem comum - isso é do nosso cotidiano - muitas vezes precisa socorrer-se de um amigo para pagar um simples cafezinho num bar de esquina.

Eu acompanho o eminente Relator integralmente, recebendo a denúncia, porque há indícios suficientes - não se está fazendo ainda, como se sabe, um julgamento definitivo - com relação aos acusados Vander Luís dos Santos Loubet, Ademar Chagas da Cruz e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, excluída, com relação a esse, a acusação de integrar uma organização criminoso, e rejeito a exordial acusatória com relação a Fabiane Karina Miranda Avanci e Roseli da Cruz Loubet, porque não há justa causa, conforme demonstrado, com relação a elas.

Registro que recebi um minucioso, embora sintético, memorial assinado pelo eminente advogado doutor José Carlos Dias e outros e li com bastante cuidado e interesse, mas não foi capaz, pelo menos por ora, de me desviar da convicção que construí a partir da argumentação do eminente Relator.

Verifico também, com uma certa nostalgia, que tenho em mãos uma outra peça que integra o processo, assinada pelo saudoso Arnaldo Malheiros Filho, que foi, sem dúvida nenhuma, como acentuou agora o

INQ 3990 / DF

Ministro Dias Toffoli, um dos maiores advogados criminais de nosso país.
Acompanho o Relator, Senhor Presidente.

14/03/2017

SEGUNDA TURMA

INQUÉRITO 3.990 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Acompanho, integralmente, o magnífico voto proferido pelo eminente Relator, **seja no ponto em que afasta** a alegada ofensa às cláusulas do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, **seja no reconhecimento da legitimidade** dos atos que decretaram a **quebra** dos sigilos bancário e fiscal dos acusados e que ordenaram as diligências de busca e apreensão, **seja**, ainda, **no recebimento** da denúncia, **considerado** o preenchimento, *por esta*, dos requisitos estabelecidos pelo art. 41 do CPP, **seja**, também, **quanto à rejeição** da peça acusatória, **em virtude** de o Ministério Público **não haver** produzido *indícios mínimos* que pudessem justificar, *quanto às duas acusadas*, a imputação penal dos delitos de corrupção passiva, de lavagem de dinheiro e de integração em organização criminosa, **seja**, finalmente, **quanto à cisão** do procedimento de investigação penal, **tendo em vista**, de um lado, *a excepcionalidade* de que se reveste a extensão da prerrogativa de foro e, de outro, *a autonomia* entre os crimes de corrupção ativa e de corrupção passiva (**Inq 2.560/PB**, Rel. Min. ROSA WEBER, *v.g.*).

É o meu voto.

14/03/2017**SEGUNDA TURMA****INQUÉRITO 3.990 DISTRITO FEDERAL****V O T O**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) – Também, cumprimento o eminente Relator pelo brilhante e cuidadoso voto trazido e ressalto a complexidade do tema ora versado - o que explica, inclusive, o alongamento involuntário das sessões com um só tema, como temos marcado, e que nos está levando a propor, com o apoio de todos os ministros, sucessivas sessões extraordinárias, uma vez que o tema exige toda a diligência e temos de emprestar a celeridade devida a essa questão. Com certeza, é um tema de grande complexidade.

Como já tinha acentuado na outra sessão, quando discutimos o recebimento da denúncia em relação ao senador Valdir Raupp, a responsabilidade deste Tribunal aumenta na medida da gravidade dos fatos. Não há dúvidas disso - isso foi ressaltado, inclusive, na fala inicial do voto do ministro Celso de Mello, nosso decano e mui digno representante. Mas a responsabilidade aumenta ainda mais diante do assombro público, diante da espetacularização do caso. Não podemos fugir aos ditames da legalidade.

Em outro momento, já relembrei aqui, ministro Fachin, ministro Toffoli, ministro Lewandowski, ministro Celso, um célebre texto de Bobbio, exatamente no contexto dos embates daquela guerra fratricida na Itália. Chama-se, significativamente, "Se a lei ceder", em que Bobbio recomendava aos italianos que não cedessem ao apelo fácil da adoção de uma legislação autoritária em nome do justificado combate ao terrorismo. Isso se deve aplicar aqui. De fato, não se deve nem receber denúncias, muito menos proceder a condenações, com base em presunções.

Temos de receber com toda a cautela, como a legislação determina, e tem-se de passar por um escrutínio severo a palavra de delator, ou de

INQ 3990 / DF

colaborador, como agora a legislação estabelece.

Portanto, o Tribunal tem de, claro, dar atenção à gravidade do fato. Quando isso é narrado, com a complexidade desses fatos, nós que vivemos tantos anos na vida pública ficamos realmente perplexos, porque não sabemos mais sequer que regime se instalou no Brasil.

Essa mistura de papéis, aparentemente chegamos a um modelo parlamentar de governo para fins de corrupção, tal a mistura de papéis entre parlamentares que têm direito a indicar membros de estatal. E a partir daí a obter os recursos ou ver os recursos vertidos para as finalidades das mais diversas.

Certamente, é um grande desafio para a ciência política nacional. Não se sabe que capitalismo nós inventamos, se foi um capitalismo de Estado, se foi um capitalismo de partido. É tudo realmente muito singular, mas temos marcos legais que precisam de ser realmente observados; e corrupção está chamada no art. 317, exige ato de ofício, temos que definir isto.

Porque é claro que nessa embolada, e se imaginarmos que devemos atuar - e aqui o Tribunal tem uma jurisprudência muito clara, e seu papel, inclusive, contramajoritário nesse sentido, é muito importante - não podemos decidir segundo o clamor das ruas, até porque isso é o contrário, a antinomia em relação ao estado de direito.

Cumprimentando, portanto, senhores ministros, o voto brilhante, cuidadoso, que escrutinou com severidade as situações, inclusive fazendo as distinções que se impunham *ab initio*, também o acompanhamento na íntegra.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

INQUÉRITO 3.990

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INVEST.(A/S) : VANDER LUIZ DOS SANTOS LOUBET

ADV.(A/S) : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO (3183/CE) E

OUTRO(A/S)

INVEST.(A/S) : ADEMAR CHAGAS DA CRUZ

ADV.(A/S) : JAIL BENITES DE AZAMBUJA (13994/MS) E OUTRO(A/S)

INVEST.(A/S) : FABIANE KARINA MIRANDA AVANCI

ADV.(A/S) : DANIELA RODRIGUES AZAMBUJA MIOTTO (9838/MS)

ADV.(A/S) : RICARDO SOUZA PEREIRA (9462/MS)

INVEST.(A/S) : PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS

ADV.(A/S) : ARNALDO MALHEIROS FILHO (028454/SP) E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : THIAGO DINIZ BARBOSA NICOLAI (309140/SP, 309140/SP) E

OUTRO(A/S)

INVEST.(A/S) : ROSELI DA CRUZ LOUBET

ADV.(A/S) : JAIL BENITES DE AZAMBUJA (13994/MS) E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, a) negou provimento aos agravos regimentais interpostos por Vander Luiz dos Santos Loubet e Ademar Chagas da Cruz; b) por preenchidos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, recebeu a denúncia, em relação aos acusados Vander Luiz dos Santos Loubet, Ademar Chagas da Cruz e Pedro Paulo Bergamaschi Leoni Ramos, para este excluída a acusação quanto ao delito de integrar organização criminosa; c) rejeitou a peça acusatória no que diz respeito às imputações feitas às acusadas Fabiane Karina Miranda Avanci e Roseli da Cruz Loubet, nos termos do art. 6º da Lei 8.038/1990 e com fundamento no artigo 395, III, do Código de Processo Penal, tudo nos termos do voto do Relator. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Odim Brandão Ferreira; pelo denunciado Vander Luiz dos Santos Loubet, o Dr. José Marcelo Lima Pedroso; pelos denunciados Ademar Chagas da Cruz e Roseli da Cruz Loubet, o Dr. Jail Benites de Azambuja; pela denunciada Fabiane Karina Miranda Avanci, o Dr. Ricardo Souza Pereira, e pelo denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, o Dr. José Carlos Dias. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 14.3.2017.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Ravena Siqueira
Secretária